



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIENCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

GABRIEL ANDRADE DE FREITAS

REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL: ANÁLISE DAS
REPERCUSSÕES NO CAMPO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL (2012-2022)

Brasília, DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A866r Andrade de Freitas, Gabriel
REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL: ANÁLISE DAS
REPERCUSSÕES NO CAMPO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL (2012-2022) /
Gabriel Andrade de Freitas; orientador Clovis Carvalho
Britto. -- Brasília, 2023.
86 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Museologia. 2. Museologia LGBT. 3. Museologia
Comunitária. 4. Rede LGBT de Memória e Museologia Social. I.
Carvalho Britto, Clovis, orient. II. Título.



ANEXO III - FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIEL ANDRADE DE FREITAS

REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL: ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL (2012-2022)

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Aprovado por:

Clovis Carvalho Britto	Tony Willian Boita	Marijara Souza Queiroz
Professor da Universidade de Brasília (UnB) Pós-Doutor em Estudos Culturais	Rede LGBT de Memória e Museologia Social Doutor em Comunicação	Professora da Universidade de Brasília (UnB) Doutora em Artes



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/02/2023, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Marijara Souza Queiroz, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/02/2023, às 23:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Tony Willian Boita, Usuário Externo**, em 16/02/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9311813** e o código CRC **2161456B**.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília, por ter servido como uma segunda casa mesmo após tantos anos na graduação.

Aos docentes da Museologia da UnB, por me fazerem sentir acolhido. Principalmente ao meu orientador, professor Clóvis, pela parceria duradoura na pesquisa, por sempre me iluminar caminhos e por me incentivar a continuar, minha imensa gratidão.

À minha família, minha mãe Rosa Maria, meu falecido pai Antonio, por possibilitarem minha entrada e permanência na universidade, por terem me dado a vida e amor incondicional. As minhas irmãs Aline e Ana Karoline, e ao meu irmão Antonio, por servirem de exemplo e por ajudarem a moldar a pessoa que sou hoje.

Aos meus amigos, Yago e Jeovane, por não apenas serem companhias mais do que perfeitas nas baladas gays do DF, como também por me darem sempre apoio nos momentos difíceis. Ao meu amigo Gabriel, por sua produção com foco na nossa sigla e por me fazer sentir ainda mais em casa quando visito meu estado natal. Amo demais vocês!

Aos meus companheiros Jackson e Blue, obrigado por receberem meu amor e sempre me fazer sentir amado.

A Tony Boita, Jean Baptista e todes pesquisadoras e pesquisadores, que contribuem continuamente na construção de uma Museologia preocupada com a inclusão de narrativas historicamente marginalizadas, obrigado pela inspiração e pelo legado.

A todes lésbicas, travestis, transexuais, pessoas não binárias, gays e bissexuais que pavimentaram o caminho de luta e continuam na batalha por sobreviver e ser lembrade.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a Rede LGBT de Memória e Museologia Social. O problema de pesquisa baseia-se na análise das repercussões da Rede, entre os anos de 2012 e 2022, na forma das edições da Revista Memórias LBGT+, nos anais do Seminário Brasileiro de Museologia e nos trabalhos de conclusão de curso das instituições federais de ensino. O objetivo geral da monografia é analisar a trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas repercussões na produção acadêmica nacional, entre os anos de 2012 e 2022. Tendo como objetivos específicos: analisar a configuração das redes de Museologia Comunitária no Brasil; contextualizar a trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas principais iniciativas; realizar uma revisão integrativa das produções sobre Museologia LGBT no campo da Museologia no Brasil. A pesquisa possui um caráter qualitativo e exploratório. Efetua uma revisão de literatura sobre Redes de Museologia Comunitária e Museologia LGBT no Brasil, tendo como estudo de caso a própria trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas repercussões, além de sintetizar os dados através da revisão integrativa. A partir do recolhimento dos dados e da apresentação em gráficos, tabelas e nuvens de palavras, percebe-se um amadurecimento da Museologia LGBT como categoria de análise dentro da disciplina, bem como o aumento do interesse de pesquisadoras e pesquisadores na área.

Palavras-chave: Museologia; Museologia LGBT; Museologia Comunitária; Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

ABSTRACT

This work has as research object the LGBT Network of Memory and Social Museology. The research problem is based on the analysis of the repercussions of the Network, between the years 2012 and 2022, in the form of the editions of the Revista Memórias LBGT+, in the annals of the Brazilian Seminar of Museology and in the works of conclusion of course of the federal institutions of education. The general objective of the monograph is to analyze the trajectory of the LGBT Network of Memory and Social Museology and its repercussions in the national academic production, between the years 2012 and 2022. Having specific objectives: to analyze the configuration of Community Museology networks in Brazil; contextualize the trajectory of the LGBT Network of Memory and Social Museology and its main initiatives; carry out an integrative review of productions on LGBT Museology in the field of Museology in Brazil. The research has a qualitative and exploratory character. It carries out a literature review on Community Museology Networks and LGBT Museology in Brazil, taking as a case study the trajectory of the LGBT Network of Memory and Social Museology and its repercussions, in addition to synthesizing the data through an integrative review. From the collection of data and the presentation in graphs, tables and word clouds, one can see a maturation of LGBT Museology as a category of analysis within the discipline, as well as an increase in the interest of researchers in the area.

Keywords: Museology; LGBT Museology; Community Museology; LGBT Network of Memory and Social Museology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Capas edições RMLGBT+.....	44
Figura	2	Cadeia Operatória Museológica aplicada em Museus e na RMLGBT+.....	46
Figura	3	Identidade visual dos SEBRAMUS.....	52
Gráfico	1	Número de textos em cada edição da RMLGBT+.....	62
Figura	4	Nuvem de palavras a partir dos títulos dos textos presentes em todas as edições da RMLGBT+.....	63
Gráfico	2	Presença LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia.....	69
Gráfico	3	Instituições representadas nos trabalhos em Museologia LGBT apresentados nos SEBRAMUS.....	71
Figura	5	Nuvem de palavras de títulos, resumos e palavras-chave SEBRAMUS.....	72
Gráfico	4	Presença LGBT nos Trabalhos de Conclusão de Curso em Museologia no Brasil.....	75
Figura	6	Nuvem de palavras dos títulos, resumos e palavras-chave dos TCCs.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Museologias Dissidentes.....	64
Tabela 2	Trabalhos apresentados no SEBRAMUS.....	67
Tabela 3	Museologia no Ensino Superior Federal.....	73
Tabela 4	TCCs apresentados.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ABL	Associação Brasileira de Lésbica
ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
ANTRA	Associação Nacional de Travestis
CBB	Coletivo Brasileiro de Bissexuais
CESM	Centro de Estudos de Sociomuseologia
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
COFEM	Conselho Federal de Museologia
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ISMAG	do Instituto Superior de Matemática e Gestão
ISSN	Número Internacional Para Publicações Seriadadas
GGB	Grupo Gay da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
MARquE	Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC
MINOM	Movimento Internacional para a Nova Museologia
MUF	Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo
PNM	Política Nacional de Museus
RDCCM	Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia
REMUS-RJ	Rede de Memória e Museologia Social no Rio de Janeiro
Repim-RS	Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias do Rio Grande do Sul
RMLGBT+	Revista Memórias LGBT+
RMK	Rede Museologia Kilombola
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEBRAMUS	Seminário Brasileiro de Museologia

SeBraMus LGBT+	Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBT+Feminismo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPe	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - AS REDES DE MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	
1.1 Redes, políticas de informação, identidades de gênero e orientações sexuais.....	19
1.2 Museologia Comunitária: trajetória e compromissos.....	28
1.3 Redes de Museologia Comunitária no Brasil: articulação, protagonismo e políticas museais.....	34
CAPÍTULO 2 - A REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DE FOBIAS À DIVERSIDADE SEXUAL	
2.1 A trajetória da Rede LGBT e as vinculações com a Museologia Comunitária.....	40
2.2 A Revista Memórias LGBT+: visibilidade e musealização.....	43
2.3 A presença LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS) e o Seminário Memória, Museus e Museologia LGBT.....	51
CAPÍTULO 3 - AS REPERCUSSÕES DA MUSEOLOGIA LGBT NO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	
3.1 Os artigos da <i>Revista Memória LGBT</i> : temas, problemas e autorias.....	62
3.2 A temática LGBT nos <i>Anais do Seminário Brasileiro de Museologia</i>	66
3.3 A Museologia LGBT nos trabalhos de conclusão de curso em Museologia no Brasil.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

Analisar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas repercussões no campo da Museologia no Brasil, como objeto principal da pesquisa condiz com a necessidade de entender a capilaridade de um discurso voltado ao respeito à diversidade de gêneros e orientações sexuais. As ações desenvolvidas pela mesma conseguem demonstrar de que forma o campo museológico tem sido impactado por essa integração de pautas sociais bem como a visibilidade dessas narrativas insurgentes.

Há ainda diversas dificuldades impostas neste campo, como o caráter heterogêneo das narrativas LGBT¹, justificado pela abrangência de subjetividades que convergem em virtude da negação à heterocisnormatividade, em que é marginalizada a cultura produzida por seus integrantes pela academia e sociedade em geral. Ao pesquisar essa temática é pretendido não apenas enriquecer o debate e a bibliografia, mas também demonstrar como a Museologia pode congrega uma infinidade de possibilidades em prol dos direitos humanos e das memórias dissidentes da matriz cisheterossexual.

A escolha temática relaciona-se diretamente com minhas vivências pessoais. Como homem gay cisgênero e estudante de Museologia percebo as ressonâncias da LGBTfobia dentro dos discursos museológicos, principalmente referente a certa resistência em inserir essas narrativas diversas e no aprofundamento da discussão na universidade. Além disso, apesar da previsão legal dispor que a valorização da diversidade cultural e o respeito são princípios fundamentais dos museus, é ainda observado um apagamento histórico de memórias que fujam ao *status quo* heterocisnormativo, como a da comunidade LGBT (Tony BOITA, 2020).

Ao longo de meu processo formativo em Museologia na Universidade de Brasília participei de eventos relacionados à temática LGBT, bem como tive acesso a bibliografias sobre o assunto. Além disso, fiz dois anos seguidos de iniciação científica (PIBIC). No primeiro (2019/2020), com título "Revista Memória LGBT: Museologias dissidentes e memórias corporificadas"², efetuei uma análise qualitativa de onze edições até então publicadas da *Revista Memórias LGBT+* (RMLGBT), periódico digital de metodologia compartilhada, participativa e colaborativa, criado pela Rede LGBT de Memória e Museologia Social e disponibilizado em domínio digital próprio gratuitamente. Dentro dessa análise constatei a forma na qual os textos

¹ A escolha pelo termo LGBT, tendo em vista que atualmente o próprio foi atualizado para agregar maiores identidades, se justifica pela mesma razão apresentada por Jean Baptista (2021): "modo do campo das Políticas Públicas no Brasil se referir às sexualidades dissidentes da matriz heterossexual." (p. 53)

² Este trabalho contou com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

publicados ao longo das edições abordaram os conceitos de Museologias Dissidentes e Memórias Corporificadas.

A partir dessa primeira experiência e dado o contexto geral de início da pandemia de covid-19, observei a importância de publicações que seguem esse padrão informativo aberto e acessível, principalmente na abordagem da temática relacionada às identidades de gênero e orientações sexuais. A RMLGBT exibe uma potencialidade virtual no cumprimento do tripé fundamental da Museologia, a preservação, pesquisa e comunicação das informações, propiciando um protagonismo das memórias dissidentes da matriz cisheterossexual, algo que pode acarretar maior justiça social.

No segundo trabalho de iniciação científica (2020/2021), de título "Museologias indisciplinadas e tendências de pesquisa: repercussões da temática LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia", realizei uma análise quali-quantitativa através de metodologia descritiva e exploratória dos *Anais do Seminário Brasileiro de Museologia* (SEBRAMUS). O objetivo central foi demonstrar a repercussão do discurso LGBT na pesquisa sobre Museologia no Brasil. Os resultados demonstraram que em comparação a totalidade de trabalhos apresentados nesse evento a ocupação da temática LGBT ainda é bastante tímida, apesar de apresentar crescimento na comparação com os anos iniciais. Os trabalhos apresentados no SEBRAMUS demonstram como é necessária a organização do pensamento acadêmico em redes, como a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, na qual seus membros se destacam numericamente na apresentação da temática.

Os esforços de membros da Rede em consolidar uma Museologia LGBT, conceito que será apresentado posteriormente, pretendem não apenas a superação de fobias, mas também a inclusão narrativa de memórias subjugadas.

Este trabalho congrega temas cuja importância em se discutir é de máxima urgência dado o contexto político e social do Brasil. A violência física e simbólica sofrida diariamente por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e afins precisa ser combatida, e a atuação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social consiste em um significativo exemplo de como é possível construir uma Museologia comprometida com esse combate.

O problema de pesquisa escolhido para o desenvolvimento deste trabalho está relacionado a existência de poucos trabalhos sobre as repercussões das Redes de Museologia Comunitária no Brasil no âmbito acadêmico. Com isso pretendo compreender o surgimento da "Rede LGBT de Memória e Museologia Social" e suas repercussões na produção acadêmica nacional ao longo de uma década de sua existência, entre os anos de 2012 e 2022.

O mapeamento de experiências na área acadêmica museológica brasileira disposto no artigo “Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBTQ+: recomendações Queer à formação museológica” (Jean BAPTISTA *et al.*, 2022) presente no periódico *Museologia & Interdisciplinaridade* (vol. 11, n. 21) demonstra um panorama do ainda incipiente crescimento dos debates em contraste a temas mais consolidados, conquanto se vê a partir dos dados colhidos “que a segunda década do século XXI foi, de fato, a saída do armário epistêmico da Museologia.” (p. 38). Todavia “tais ações ainda são pontuais, empreendidas por indivíduos e mantendo-se distante dos currículos obrigatórios com status de relevantes/fundamentais na formação museológica. [...] são indicadores de que a LGBTQfobia segue vigorosa no campo.” (p. 47).

A abertura conceitual da Museologia e das Ciências Humanas em geral, a partir das efervescências sociais e culturais presentes na América Latina, culminando em eventos-chave como a Mesa Redonda de Santiago em 1972, proporcionou ao campo uma integração das pautas dos movimentos sociais. Mário Chagas aponta como se constituiu uma nova forma de se pensar os processos museais:

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável, ainda que nem tudo pudesse em termos práticos ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos museológicos e museográficos passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em jogo um jogo de representações de memórias corporificadas (Mário CHAGAS, 2007, p. 220).

Nesse panorama propício para a agregação de novos ideais na área museológica, o conceito de Sociomuseologia, que será ainda neste trabalho mais elaborado, surge e com ele potencialidades de pesquisa e recortes sociais. “A Museologia LGBTQ é herdeira dos caminhos abertos pelos principais documentos da Sociomuseologia (PRIMO, 1999), dos Fóruns Nordesteiros de Museus (ROCHA, 2019), da política criada para promover os Pontos de Memória e, de modo muito particular, dos estudos sobre a relação entre negritude e Museologia.” (Jean BAPTISTA, 2021, p. 53). Essas tipologias diversas de produções sobre subjetividades historicamente marginalizadas enriquecem na construção de um caminho mais inclusivo para a Museologia como um todo.

A atuação das profissionais de museu e da informação, em geral, começa a voltar-se para a "promoção da cultura, da leitura e de ações de competência em informação, bem como ligadas à operacionalização da valorização identitária da população LGBTQIA+ e à transformação dos espaços socioculturais." (Marta da MATA; Marcela NASCIMENTO, 2021

p. 2). Essa necessidade visa contrapor a violência histórica e ainda presente contra indivíduos cuja sexualidade e/ou identidade de gênero fujam do padrão heterocisnormativo estabelecido.

Mesmo com essa maior abertura conceitual ao que poderia ser pesquisado e exposto em museus, as narrativas relacionadas à cultura produzida pela comunidade LGBT ainda se integram timidamente na maioria das discussões do campo museológico. Como pontuado por Jean Baptista e Tony Boita (2017), “no que se refere ao direito à memória, atualmente a comunidade LGBT brasileira tem um único direito, o de não ter nenhum” (p. 135).

Entre os anos 2000 e 2020, "5.046 cidadãs e cidadãos brasileiros foram vítimas mortais da intolerância, ódio e descaso das autoridades" segundo dados do Relatório Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil (2020), compilados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e da Acontece Arte e Política LGBTI+. Essa extrema violência reflete no processo de invisibilidade dessa temática específica de pesquisa, suavizado por iniciativas, como a organização da própria Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Jean Baptista (2021) aponta a criação da Rede como um dos momentos chave para a saída do armário da Museologia no Brasil, ao lado do decreto de fundação do Museu da Diversidade e do lançamento da *Revista Memórias LGBT+*. Para este autor, o papel que a Museologia Social exerce como criadora de uma herança para expansão da discussão, em volta da temática das identidades de gênero e orientações sexuais, se traduz na utilização desta na própria nomenclatura da Rede.

O recorte temporal deste trabalho, entre os anos de 2012 e 2022, justifica-se pela data de criação da Rede. As repercussões presentes nessa década de funcionamento são a base para o desenvolvimento desta monografia.

Eventos sobre a temática LGBT nos museus e na Museologia, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, publicações de artigos e dossiês em revistas acadêmicas, ações de extensão e exposições curriculares nos cursos de Museologia têm cada vez mais crescido no Brasil (Jean BAPTISTA *et al.*, 2022). Este trabalho intenciona mapear essas iniciativas, em grande parte estimuladas e realizadas por integrantes da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, a partir de uma revisão integrativa de literatura.

O objetivo geral da monografia é analisar a trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas repercussões na produção acadêmica nacional, entre os anos de 2012 e 2022. Tendo como objetivos específicos: analisar a configuração das redes de Museologia Comunitária no Brasil; contextualizar a trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas principais iniciativas; realizar uma revisão integrativa das produções sobre Museologia LGBT no campo da Museologia no Brasil.

A pesquisa possui um caráter qualitativo e exploratório (Débora BERNARDO; Alessandro ROCHA, 2011). Será efetivada uma revisão de literatura sobre Redes de Museologia Comunitária e Museologia LGBT no Brasil, tendo como estudo de caso a própria trajetória da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e suas repercussões. A expressão "estudo de caso" é aqui empregada a partir da conceituação de Antônio Carlos Gil (2008), que entende essa modalidade como: "estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência" (p. 58).

O procedimento de mapear as repercussões será efetivado com a pesquisa documental sobre a trajetória da Rede LGBT em consulta aos documentos institucionais, as edições da *Revista Memórias LGBT+*, as produções dos seminários e aos trabalhos de conclusão nos cursos de graduação em Museologia no país.

É possível localizar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social através de sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/redememorialgbt/>) além da aba presente no site da *Revista Memórias LGBT+*. Há um blog pertencente à Rede (<http://redelgbtmemoriainuseologia.blogspot.com/>) porém não é atualizado desde 2014.

Em relação às principais repercussões da Rede: até o momento foram publicadas dezesseis edições da *Revista Memórias LGBT+*, todas presentes de forma livre e gratuita em seu site (<https://memoriaslgbt.wpcostaging.com/edicoes-memorias-lgbtiq/>); duas edições do Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, a primeira em 2015 no Rio de Janeiro e a segunda ocorrida de forma remota em 2020; cinco edições do Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS), no qual houve a participação de membros da Rede em alguns Grupos de Trabalho sobre a temática LGBT, também presente na programação da 5ª edição uma reunião da Rede. Os anais do SEBRAMUS estão disponíveis para consulta no repositório do evento (<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/>).

A análise sobre os trabalhos de conclusão de curso em Museologia, nos quais a temática LGBT é abordada, é efetivada através de pesquisa nos bancos de dados institucionais das universidades federais. É aproveitado também o mapeamento previamente construído por integrantes da Rede.

Utilizo para enriquecimento do trabalho os resultados obtidos através dos meus dois trabalhos de iniciação científica: os quadros sobre os conceitos de Museologias Dissidentes e Memórias Corporificadas presentes nas edições da *Revista Memórias LGBT+* do trabalho "Revista Memória LGBT: Museologias dissidentes e memórias corporificadas" (2019/2020); e os gráficos demonstrativos resultantes da análise sobre a produção do SEBRAMUS, presente

no trabalho "Museologias indisciplinadas e tendências de pesquisa: repercussões da temática LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia" (2020/2021) que serão devidamente atualizados.

Os dados coletados são sintetizados através da revisão integrativa, aqui empregada no sentido de "método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática" (Rachel de CARVALHO; Michelly da SILVA; Marcela de SOUZA, 2010, p. 102). Este recurso metodológico é amplo, o que permite "a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado" (p. 103).

"O termo "integrativa" tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método" (Louise BOTELHO; Cristina CUNHA; Marcelo MACEDO, 2011, p. 127). A partir dessa metodologia é feita uma análise sobre o conhecimento construído em pesquisas anteriores sobre um tema específico. "Uma revisão integrativa pode ser usada quando se quer realizar uma síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado" (Carin ROCHA; Virgínia PINTO; Priscila DAVID, 2020, p. 52).

É necessário extremo cuidado para realização dessa tipologia de revisão. Dado suas diversas etapas, a atenção que a pesquisadora deve ter em concluir de forma exata cada uma delas é essencial. Pela sua aplicabilidade direta à prática e à política, o uso dessa metodologia para discorrer sobre a temática LGBT no contexto da Museologia brasileira se faz bastante útil. "O impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita" (Rachel de CARVALHO; Michelly da SILVA; Marcela de SOUZA, 2010, p. 104).

A revisão integrativa se dá através da elaboração de seis etapas distintas (CARVALHO; SILVA; SOUZA, 2010; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011), sendo elas: 1ª fase: elaboração da pergunta norteadora, é a definição de um problema claro e específico com base no raciocínio teórico e as vivências do próprio pesquisador; 2ª fase: busca ou amostragem na literatura, ampla e diversificada, discute todos critérios de inclusão e exclusão das informações conforme a necessidade da pesquisa; 3ª fase: coleta de dados, com a leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave, ou até mesmo dos artigos completos, para verificar sua inclusão nos critérios estabelecidos dentro do estudo; 4ª fase: análise crítica dos estudos incluídos, é necessária a utilização de um instrumento para extrair as informações dos artigos selecionados, como a matriz de síntese e a criação de categorias analíticas; 5ª fase: discussão dos resultados, interpretação e síntese dos resultados, encontrando lacunas a serem elaboradas sobre o assunto

pesquisado em pesquisas futuras; 6ª fase: apresentação da revisão integrativa, deve ser objetiva para proporcionar a replicação dos resultados, é a elaboração do documento que descreve todas as fases percorridas e apresenta os principais resultados obtidos.

Esse texto organiza-se em três capítulos principais, sendo o primeiro responsável por abarcar as redes de Museologia Comunitária no Brasil e as políticas de informação, definindo com isso conceitos e detalhando trajetórias. Já o segundo capítulo propõe uma apresentação e contextualização da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, da *Revista Memórias LGBT+* e do Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS). O terceiro capítulo é a execução da metodologia destacada nos anais destes dois últimos bem como nos trabalhos de conclusão de curso em Museologia no Brasil.

1. AS REDES DE MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

1.1 Redes, políticas de informação, identidades de gênero e orientações sexuais

O alinhamento conceitual contemporâneo da Museologia possibilita a inserção de conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento humano, desta forma, este capítulo tem por finalidade costurar diferentes tópicos: redes, políticas de informação e identidades de gênero e orientações sexuais (os dois últimos apesar de serem expressões distintas da subjetividade humana são discutidos aqui como um mesmo bloco) e Museologia Social, para demonstrar suas contribuições na criação de potenciais práticos na área, que possibilitaram posteriormente a organização da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

A Museologia LGBT como uma proposição de nova tipologia na área museológica, no intuito de ser aplicada a realidade social da América Latina (Jean BAPTISTA, Tony BOITA, Camila WICHERS, 2020), baseia-se no “[...] conjunto de concepções e práticas conduzidas por pessoas que pertencem às camadas da classe trabalhadora que divergem da matriz heterossexual” (Jean BAPTISTA, Tony BOITA, Camila WICHERS, 2021, p. 191). A utilização da sigla simplificada não deslegitima, segundo apontado pelos autores, a mutabilidade e capacidade de reorientação conceitual da comunidade. Sua funcionalidade persiste na agregação pelas políticas públicas nacionais relacionadas a memória coletiva e individual da comunidade.

As sete características básicas da Museologia LGBT são: a produção partir do interior de comunidades que estão inseridas nesse escopo maior por possuírem identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da matriz heterocisnormativa; o pertencimento direto da produção em oposição a de personagens externos e alheios a subjetividade dessa comunidade; vinculação com as políticas públicas; o protagonismo corpos não-brancos; congregação de fazeres e conhecimentos de históricos aliados na luta pela emancipação de direitos, como as militâncias feministas, de classe e o movimento negro/indígena; o diálogo com a Sociomuseologia e Museologia Social engajada por um pensamento desconstruído e multicultural; a superação da desigualdade de oportunidades e tratamento a partir de uma multiplicidade de realidades (Jean BAPTISTA, Tony BOITA, Camila WICHERS, 2020, p. 5-6).

Reimaginar conceitualmente o “fato museal” de Waldisa Rússio (Carla GOMES, 2015), com o deslocamento dos corpos LGBTQI+ como sujeitos ativos na principal relação do fazer

museológico, pessoas/coisas/espacos é um exercício proposto para superação das fobias no ambiente museal e museológico (Jean BAPTISTA, Tony BOITA, Camila WICHERS, 2020). As instituições de memória e os bens culturais praticam violência simbólica quando excluem de suas narrativas essas vivências indisciplinadas, provocando assim um sistemático apagamento histórico.

Trabalhar o conceito de redes segundo o pensamento de Manuel Castells (1999) é considerá-las um tipo organizacional dominante na Era da Informação, período histórico que se inicia no final do século XX com a queda da União Soviética e a reestruturação do capitalismo global. Para o autor as redes se definem basicamente como "um conjunto de nós interconectados" (Manuel CASTELLS, 1999, p. 566) sendo estes "nós" pontos de convergência entre curvas. Além disso, as redes são definidas como "estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação"(Manuel CASTELLS, 1999, p. 566).

A ideia de rede é compartilhada por diferentes áreas do conhecimento humano: “Na literatura matemática, as redes são reconhecidas como grafos, seus elementos como vértices e suas conexões como arestas. Já nas ciências sociais, os elementos são denominados atores e suas conexões são laços.” (Wladimir BRANDÃO; Fernando PARREIRAS; Antonio SILVA, 2007, p. 1). Apesar disso o cerne de seu significado é inerente a todas as áreas, além de que seu estudo e entendimento é necessário “para a compreensão das diversas classes de sistemas e problemas que podem ser por elas modelados e tratados” (p.2). A complexidade na qual essas redes se expandem e desenvolvem-se ao longo do tempo é diretamente proporcional a dificuldade em entendê-las e estudá-las na sua plenitude.

O trânsito do conceito de rede através dos campos científicos e culturais contemporâneos não deve deixar esquecido quanto o conceito viajou ao longo dos séculos, acumulando e abandonando diversos significados, na medida da sua extensão e aclimatação em novas ambientações disciplinares e discursivas. (Regina MARTELETO, 2007, p. 7)

A importância de temporalizar o conceito aqui empregado se dá na tentativa de evitar uma homogeneização e estagnação do “conceito operatório-metodológico” (Regina MARTELETO, 2007, p. 6) de rede. Segundo conclusão de Castells (1999) “como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes” (p. 565). Esse tipo organizacional se fez possível muito por conta das tecnologias de informação da contemporaneidade.

Tendo por referência a “sociedade informacional”, concepção fundamentada por Castells (1999) e desenvolvida ao longo de seu trabalho, com ressalvas a armadilhas que visam homogeneizar diferentes sociedades colocando-as em um mesmo patamar cultural, o ser humano passa a utilizar a identidade como “seu princípio organizacional” (p. 57). Identidade é entendida pelo autor como “processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (p.58). Essa afirmação individualizada não significa, também segundo o autor, a incapacidade de manter relação com qualquer outra identidade. Uma das funções sociais dos bens culturais é a construção, legitimação e difusão destas identidades (Moana SOTO, 2009).

Ademais, Moana Soto (2009) também pontua que "a identidade na sociedade em rede é uma forma de resistência e de legitimar o poder" (p. 26) retirando com isso a suposta neutralidade que alguns discursos museais, principalmente os mais tradicionais, tentam impor. A autora enfatiza que ser neutro "é uma ideologia, uma falsa concepção, por sua inviabilidade. A neutralidade é impossível numa sociedade cindida, sendo ela própria um posicionamento, mesmo que não consciente em relação ao mundo: o da aceitação de sua estrutura social." (p. 23). Para ela há três principais tipos de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora “é a do poder dominante, é uma identidade que está mais próxima dos museus, em especial das grandes instituições tradicionais, e cria a sociedade civil que cria e divulga os códigos oficiais, regulamentando a vida dos indivíduos.” (Moana SOTO, 2009, p. 26). No contexto desse trabalho, é possível estabelecer um paralelo direto entre essa tipologia com a matriz heterocisnormativa na qual produz diversos tipos de violência, inclusive no discurso museológico (Tony BOITA, 2020).

A identidade de resistência “se coloca contra aquilo que é dominante, resiste aos códigos impostos por grupos mais poderosos.” (Moana SOTO, 2009, p. 27). Um exemplo desse tipo identitário pode ser encontrado no Manifesto Contrassexual de Paul B. Preciado (2017) no qual o autor apresenta logo na introdução que “as práticas contrassexuais [...] propostas devem ser compreendidas como tecnologias de resistência, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual.” (p. 22). Já a identidade de projeto “vai de encontro à sociedade da informação, é uma identidade que está construída em torno de um projeto social comum entre uma série de indivíduos.” (Moana SOTO, 2009, p. 27).

As contribuições de Stuart Hall (2006) para a discussão em torno da identidade e suas crises na contemporaneidade demonstram como estas passaram a se fragmentar, apesar de que não trabalha com essa ideia simplista de descentração do sujeito, problematizando-a e

expandindo seus sentidos. Assim como demonstrado por Moana Soto (2009), Hall trabalha com conceito triplo de identidade, que se desloca ao longo da passagem de tempo. São pontuados assim os sujeitos do Iluminismo, sociológico e pós-moderno.

A transformação paradigmática nas sociedades Ocidentais de um ideal completamente individualizado de sujeito (sujeito do Iluminismo), que não possuía espaço para mudança, para uma tipologia na qual a relação com o meio e com a coletividade constroem em conjunto com a subjetividade uma identidade (sujeito sociológico), passando na contemporaneidade para uma ideia mais efêmera e dispensável de uma identidade fixa, definindo-se historicamente, e não biologicamente (Stuart HALL, 2006).

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Stuart HALL, 2006, p. 13)

Judith Butler (2003) em *Problemas de Gênero* defende uma desconstrução total da identidade, visando demonstrar como sua construção está atrelada a política. “Compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística” (p. 208). Além do papel da linguagem como mantenedora de símbolos e sinais que proporcionam a naturalização de um sistema opressivo, a identidade também, segundo a autora, não deve ser entendida como peça inerte e estável no tempo em que está inserida.

O raciocínio *fundacionista* da política da identidade tende supor que primeiro é preciso haver uma identidade, para que os interesses políticos possam ser elaborados e subsequentemente, empreendida a ação política. Meu argumento é que não há necessidade de existir um “agente por trás do ato”, mas que o “agente” é diversamente construído no e através do ato. (Judith BUTLER, 2003, p. 205)

Também para Butler (2003), ao analisar um importante texto para a discussão sobre identidades de gênero e orientações sexuais, conforme ficará explícito no decorrer deste trabalho, “Em *A história da sexualidade: Volume I*, Foucault parece situar a busca da identidade no contexto das formas jurídicas de poder que se tornam plenamente articuladas com o advento das ciências sexuais, inclusive a psicanálise, no final do século XIX.” (p. 156). Essas conceituações a respeito do entendimento ocidental da identidade viabilizam uma potencialidade de análise que consegue desnaturalizar certezas solidificadas nos mais diferentes

níveis do discurso sobre essa temática. “[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (p. 19).

Para além da questão identitária e seu reforço na construção de políticas de informação, conceito utilizado aqui como termo guarda-chuva cuja significância está atrelada a “todas as leis e regulamentos que são aplicados a criação, processamento, fluxo e uso de informação. [...] Política de informação envolve as leis, regulamentos, princípios legais fundamentais ou programas de implementação relativas à informação, a comunicação e a cultura.” (Sandra BRAMAN, 2016, p. 242). Essa ação também deve ser enxergada à vista das particularidades culturais e sociais onde se implementam, evitando-se ao máximo um caráter homogeneizante (Ronaldo ARAÚJO; Anderson HIGINO; Carolina SCOTT, 2008).

Os diversos desafios impostos dentro de uma sociedade global na implementação de políticas de informação são percebidos principalmente no “cruzamento inevitável entre a criação de políticas de informação e outras políticas já existentes ou ainda necessárias, sejam sociais, culturais, de relações internacionais etc.” (Ronaldo ARAÚJO; Anderson HIGINO; Carolina SCOTT, 2008, p. 291). Os autores e a autora argumentam que esse intercruzamento com outras tipologias de políticas é característica inerente para designar a sociedade como real sociedade da informação, assim evitando a centralização antidemocrática de algumas poucas vozes na colaboração para construção de políticas culturais.

Os debates em torno da consolidação de políticas de informação nos países em desenvolvimento são perpassados pelo nacionalismo. “O nacionalismo pode variar desde a mera colocação dos interesses reconhecidos de um país como sua mais alta prioridade, até a tentativa de livrá-lo de todas as influências externas” (Victor ROSENBERG, 1982, p. 37). Pela questão patrimonial no Ocidente ser construída atrelada à ideia de Estados-Nação no século XIX, bem como o movimento neocolonial e o violento processo civilizatório europeu na África, Ásia e América, são importadas essas práticas, além dos movimentos de independência reforçarem esses ideais para construção artificial de pertencimento, ligada ao local de nascimento do indivíduo e de uma mitologia comum sobre sua origem.

A ideia de patrimonializar desde sua etimologia, remete ao patriarcado, à herança paterna, é o processo que permite aos Estados, conduzidos por uma limitada elite, construir uma identidade comum baseada na exclusão de subjetividades perseguidas pela lógica colonial europeia. A reivindicação, através da discussão que entende as teorias sobre identidades de gênero e orientações sexuais como parte de uma museologia indisciplinada, do direito à

memória individual e coletiva da comunidade LGBT, se faz necessária dentro do processo que almeja desfazer apagamentos e potencializar vozes historicamente excluídas.

O conceito de museus na Era da Informação trabalhado por Castells (2011) encapsula sua visão sobre uma das principais políticas de informação na atualidade. Para ele, há uma divisão formada em relação a comunicação global e a individual, destacando-se três fatores que contribuem para este fato: a fragmentação do sentido através do hipertexto eletrônico; um novo modelo de temporalidade, o chamado tempo atemporal; e o espaço de fluxo que isola o local do global.

O desenvolvimento institucional dos museus, que tradicionalmente se colocavam como espaços ideológicos neutros e acríticos (Marília CURY, 2011) não dialogava com os anseios sociais do mundo pós-guerras. Historicamente essa neutralidade “foi criada e disseminada pelos revolucionários franceses para implantar uma atitude social em torno da ideia de identidade nacional e de nação” (p. 1027). Os sistemas de funcionamento dessas instituições de memória se baseiam no tripé preservação, pesquisa e comunicação, independentemente da tipologia na qual está organizada.

Os museus inseridos nesse estado da globalização devem funcionar como repositórios de temporalidades (Manuel CASTELLS, 2011), articulando uma cultura viva. Com isso o modelo tradicional de Museologia é questionado e "a importância dos museus muda, eles deixam de ser um instrumento de legitimação do Estado e passam a atuar por meio dos diversos contextos sociais, contemplando a diversidade cultural, presente em meio a uma sociedade globalizada." (Moana SOTO, 2009, p. 25). Aparecem assim novas possibilidades de atuação nas instituições de memória, que podem auxiliar a sociedade como um todo ao se transformarem em "espaços de inovação cultural e centros de experimentação" (Manuel CASTELLS, 2011, p. 20).

As "redes se caracterizam pela formação a partir de relações abertas, relações que não configuram um grupo em sentido estrito, mas que, ao contrário, são dadas por afinidades e objetivos comuns dos sujeitos participantes" (Mário CHAGAS; Rondelly CAVULLA; Juliana VEIGA, 2021, p. 435). Essa potência descentralizadora demonstra possibilidades para a constituição de políticas públicas que envolvam as demandas sociais de parcelas historicamente marginalizadas (Rondelly CAVULLA et al., 2021).

Se dispor a organizar um trabalho em redes é aceitar uma atuação sem hierarquias, onde haja atuação em parceria entre cada um dos elos (Moana SOTO, 2009). Surgiram (e surgirão) ao longo desta monografia diversos exemplos de redes no país que partem desse princípio

norteador para organização de suas competências, principalmente o objeto central de análise, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

As questões referentes a identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da heterocisnormatividade são abordadas em diversos materiais bibliográficos nas mais diferentes áreas do conhecimento. Foram delimitadas aqui algumas obras que não apenas auxiliam na compreensão de conceitos e como eles se desenvolvem ao longo do tempo, como também possuem papel de problematizar certezas tão arraigadas no senso comum.

No primeiro volume da *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* de Michel Foucault (1988), é apresentada uma análise histórica e sociológica de como a sexualidade foi “cuidadosamente encerrada” (p.9) no século XIX. O autor defende a hipótese de que os discursos dirigidos ao controle sexual da população europeia não se simplificaram apenas na repressão, ocorrendo assim uma sofisticação de inúmeros instrumentos que possibilitaram a adequação sexual da sociedade em um modelo determinado. A periodização de sua análise se organiza da seguinte forma:

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas. Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem; a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva; é o momento em que os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extramatrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte [...]. (Michel FOUCAULT, 1988, p. 109)

A partir do século XVII também acontece a multiplicação dos discursos sobre a questão sexual (Michel FOUCAULT, 1988), o que proporciona multiplicação na produção de fontes, possibilitadoras de análise mais apurada da mentalidade no período. Todo esse movimento temporaliza-se no desenvolvimento do capitalismo e na ascensão da classe burguesa. As dinâmicas de abertura e encerramento do debate sobre o sexo ao longo da história europeia ocidental permite, conforme demonstrado por Foucault, o entendimento abrangente de diferentes configurações sociais que são geradas posteriormente.

A complexidade com que o discurso criado para interditar certas práticas sexuais pode e é utilizado como instrumento de empoderamento pelas próprias categorias perseguidas, conforme demonstra Foucault neste trecho:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo

psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e por muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (Michel FOUCAULT, 1988, p. 96)

Essa instrumentalização do discurso se reflete em práticas museológicas como, por exemplo, o *Museo Travesti* idealizado pela filósofa e performer peruana Giuseppe Campuzano. Essa instituição está ligada diretamente ao corpo, sendo vestida e travestida por sua idealizadora, em suas palavras o projeto consiste na:

[...] exploração da própria experiência do autor. Ser travesti peruana é uma eterna transfiguração em um Peru que, em seu processo de busca de identidade, construção e contra conquista, também travesti – uma constante que já é sua essência. É o retorno do Inkarrí que não parou de viajar no subsolo, e chega para conciliar as encostas que correm paralelas dentro de nós.³ (Giuseppe CAMPUZANO, 2013, página indeterminada, tradução livre)

Butler (2003) em *Problemas de Gênero* resume de forma bastante sucinta os principais pontos abordados nessa obra chave de Foucault:

No primeiro volume da *A história da sexualidade*, Foucault argumenta que o construto unívoco do “sexo” (a pessoa é de um sexo e, portanto, *não* do outro) é (a) produzindo a serviço da regulação e do controle sociais da sexualidade; (b) oculta e unifica artificialmente uma variedade de funções sexuais distintas e não relacionadas e (c) então aparece no discurso como causa, como uma essência interior que tanto produz como torna inteligível todo tipo de sensação, prazer e desejo como específicos de um sexo. Em outras palavras, do ponto de vista causal, os prazeres corporais não são meramente redutíveis a essa essência aparentemente específica do sexo, mas se tornam prontamente interpretáveis como manifestações ou signos desse “sexo”. (Judith BUTLER, 2003, p. 141)

Além disso nessa obra a autora se propõe a apresentar uma nova possibilidade na definição de conceitos naturalizados como sexo e gênero. Critica fortemente a universalização com que a discussão é tomada, sustentando que “o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Judith BUTLER, 2003, p. 20).

³ “[...] exploración de la propia experiencia del autor. Ser un travesti peruano es una eterna transfiguración en un Perú que, en su proceso de búsqueda de identidad, construcción y contraconquista, también se traviste — constante que es ya su esencia. Es el retorno de la Inkarrí que no ha parado de viajar subterránea, y llega para conciliar las vertientes que transcurren paralelas en nuestro interior.”

É também rechaçada a simplificação presente no senso comum de que o sexo está ligado a biologia, motivo pelo qual sua contestação se torna mais custosa, e o gênero ligado à cultura. Como apontado por Paul Preciado (2017) “o discurso médico não pode lidar com as consequências políticas e sociais da ambiguidade ou da fluidez sexual para além da tenra infância” (p. 142). Com isso são determinadas certezas revestidas por uma camada de ciência que se coloca como livre de qualquer subjetividade.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (Judith BUTLER, 2003, p. 24, grifo do autor)

O pensamento binário sobre sexo/gênero no Ocidente está tão enraizado que, conforme demonstrado por Campuzano (2008), a violência desembarcada junto à conquista espanhola das Américas desconsiderou completamente identidades culturais que fugiam desse sistema. O termo travesti foi cunhado nesse período como forma pejorativa “O gênero pré-hispânico foi lido através dessa lente e o travestismo tornou-se, nesse esquema, vestir-se como o polo oposto do binário” (p. 82). Ativistas contemporâneos resgataram a expressão para utilizar sua dualidade como potencial de poder.

O entendimento do gênero como uma performance é uma possibilidade de significar esse conceito possibilitando que ele esteja aberto a problematização e mudança. Para Judith Butler (2003):

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta e caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (Judith BUTLER, 2003, p. 201)

Paul B. Preciado (2017) propõe a abolição da natureza como “ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (p. 21) em seu manifesto *Contrassexual*. Em conformidade com o estabelecido por Butler, a contrassexualidade permite o reconhecimento dos corpos fora do binarismo de gênero, desempenhando papéis iguais de seres falantes que reconhecem outros como falantes. Exercer a contrassexualidade, segundo o autor, é estudar as “transformações tecnológicas dos corpos sexuais e *generizados*” (p. 24).

A aplicabilidade dos conceitos aqui discutidos possibilita para a Museologia uma expansão de seu entendimento bem como de seu escopo teórico. A inclusão de pautas sociais, como a luta por igualdade de tratamento e oportunidades da comunidade LGBT, permite diminuir silenciamentos historicamente criados mesmo em tipologias conceitualmente mais abertas, como no caso da Museologia Comunitária trabalhada a seguir.

1.2 Museologia Comunitária: trajetória e compromissos

A contestação geral a respeito do papel dos museus e da Museologia na sociedade é um movimento que se origina no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa (Suzy SANTOS, 2017) e continua ao longo de toda segunda metade do século XX. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi criado em 1946, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e em 1984 com a consolidação das ideias a respeito de uma Nova Museologia, é idealizado por Pierre Mayrand, o Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM), estruturado objetivando a cooperação e o intercâmbio cultural em escala global sobre as ideias dentro deste novo paradigma (Hugues de VARINE, 2017).

Fundado em 1985, em Lisboa (Portugal), durante o II Atelier Internacional de Nova Museologia, o MINOM-ICOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia foi o resultado do I Atelier Internacional – Ecomuseus/Nova Museologia, que teve lugar no Quebec (Canadá), em 1984, quando museólogos de 15 países adotaram a Declaração de Quebec como referência para o movimento. Suas origens ideológicas encontram-se na Declaração de Santiago, adotada em 1972 no Chile. (SOBRE, disponível em: <<https://www.minom-portugal.org/sobre/>>)

O MINOM se coloca como um instrumento para a integração das diferentes instituições de memória com as comunidades nas quais estão inseridas. Aspectos fundamentais da discussão fomentada a partir da consolidação de uma Nova Museologia, como a função social dos museus e seu papel no desenvolvimento da comunidade são incorporados no cerne deste órgão, cujos participantes “se dedicam à museologia ativa e interativa.” (O QUE É?, disponível em: <<https://www.minom-portugal.org/sobre/>>).

Os encontros regionais e internacionais de profissionais da área, além de proporcionarem um ambiente aberto para trocas horizontais de experiências, acarretam a combinação dessas ideias e condensação em documentos chave, como da Mesa de Santiago (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1992). A experiência

comunitária relacionada ao desenvolvimento de um novo paradigma na museologia aparece com frequência nesses três documentos, conforme será pontuado em sequência:

Que o museu é uma instituição *a serviço da sociedade*, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da *consciência das comunidades que ele serve*; que ele pode contribuir para o *engajamento destas comunidades na ação*, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (ICOM, 1972, p. 112/113, grifo meu)

O engajamento comunitário em prol da construção de uma tipologia mais inclusiva de museu ou espaço de memória é refletida no conceito de museu integral estabelecido pela Mesa Redonda de Santiago sobre o papel do museu na América Latina. Determina-se como integral aquela instituição na qual está destinada “a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ICOM, 1972). Pontua assim que os museus devem:

[...] responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos. (ICOM, 1972, p. 118)

Doze anos após o encontro do Chile, é formulado em Quebec, no ano de 1984, os princípios basilares da Nova Museologia. O amadurecimento das experiências baseadas na troca comunitária dentro das mais diversas sociedades, bem como a intensificação do processo de globalização favorece ao seguinte entendimento:

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa - interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro. (Declaração de Quebec, 1984, p. 223)

O documento considera que mais de uma década de competência das práticas em museologia comunitária e afins proporcionou o “desenvolvimento crítico das comunidades que adotaram este modo de gestão do seu futuro” (de Quebec, 1984, p. 224). Para consolidação desses ideais fica determinada a criação do MINOM, conforme já apontado anteriormente.

A Declaração de Caracas, produzida no Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios" na Venezuela entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992, é um reforço e uma atualização dos ideais postulados no documento de 1972 do Chile.

Considera uma nova perspectiva de América Latina, completamente inserida na decadência imposta pelo capitalismo global, onde “Velhos dogmas que pareciam imutáveis caem, e com eles os muros que marcavam fronteiras ideológicas e políticas” (ICOM, 1992, p. 246).

O documento ao considerar que: “Que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.” (ICOM, 1992, p. 252), recomenda:

Que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu patrimônio, e como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização. (ICOM, 1992, p. 252)

O envolvimento comunitário nos mais diferentes graus de participação cotidiana nas instituições de memória é um dos principais pontos enfatizados na Declaração. “O marco da realidade latino-americana, abre-se ao museu a possibilidade de um, grande espaço de atuação: o resgate da função social do patrimônio como expressão da comunidade e da cultura, entendida esta como o conhecimento integral do homem em seu cotidiano.” (ICOM, 1992, p. 257). O profissional de museu também deve se pautar pelas demandas da comunidade na qual o museu se insere delimitado assim pela missão institucional.

Há vinte anos da "Mesa-Redonda de Santiago do Chile", e ante a proximidade de um novo milênio, o museu se apresenta na América Latina não só como instituição idónea para valorização do patrimônio, mas, além disso, como *instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar coletivo*. (ICOM, 1992, p. 264, grifo meu)

Hugues de Varine (2005) desenvolve na introdução do conceito de Museologia Comunitária, uma tipologia caracterizada pela construção em coletividade dos patrimônios que conversem diretamente com a realidade das comunidades que o cercam, principalmente as excluídas historicamente. "É o capital cultural coletivo da comunidade, ele é vivo, evolutivo, em permanente criação" (VARINE, 2006, p. 3), essa definição engloba os preceitos estabelecidos ainda em 1972, na Mesa Redonda de Santiago, no Chile.

Essa concepção não foi construída em vácuo, e sim possibilitada, assim como diversas outras tipologias inovadoras na disciplina, pelo contexto favorável ao surgimento das mesmas a partir da segunda metade do século passado. Experiências comunitárias podem ser traçadas na Europa rural desde o século XIX (Hugues de VARINE, 2020) além de experiências nas

Américas e África. A criação do termo “museu integral” no evento de Santiago inspirou fortemente essas novas denominações e fazeres museológicos e museais.

A importância desse marco para a Museologia está na convergência de discussões teóricas das mais diversas áreas, como conceitos da pedagogia de Paulo Freire, adaptados para melhor traduzir a realidade museal. Constituem-se assim termos como "museologia da libertação", cujo ideal de educação como prática da liberdade:

[...] utiliza o museu e a educação para fazer reconhecer, valorizar o seu patrimônio, potencializa nos membros da comunidade a autonomia e a iniciativa, prepara-os para uma participação dinâmica no desenvolvimento de seu espaço de vida e em geral na vida pública, contemplando toda a comunidade com a reivindicação de novas políticas públicas que promovam a inclusão dos esbulhados em seus direitos culturais ou os humilhados pelo esquecimento ou pelo menosprezo de sua cultura viva (Odalice PRIOSTI; Hugues de VARINE, 2007, p. 62).

O entendimento da palavra “comunidade” por Varine (2020) é:

conjunto de pessoas que compartilham o território em que vivem. Essas pessoas podem pertencer a diferentes classes sociais, categorias profissionais, origens étnicas, níveis culturais e econômicos. O fato de viver sob um território comum, de compartilhar a história, geografia e a paisagem, o patrimônio, o clima, incluso de maneira involuntária, faz com que formem juntas uma comunidade. (Hugues de VARINE, 2020, p. 83, tradução livre)

O objetivo primordial do museu comunitário é “servir à comunidade e ao seu desenvolvimento” (Hugues de VARINE, 2014, p. 26), em contraste ao modelo tradicional cujo objetivo oficial é apenas servir à cultura e ao conhecimento. A instituição passa a ter um papel de mediação “entre os atores do desenvolvimento e a comunidade.” (p. 28) Esse desenvolvimento se dá, segundo o autor através de um processo:

pelo qual um território detecta e utiliza todos os recursos disponíveis (naturais, humanos, culturais), por meio da mobilização das forças ativas da comunidade: oficiais eleitos e funcionários públicos, mão de obra, atores econômicos, grupos vocacionais etc. Esse processo implica planejamento técnico, insumos de fontes externas e recursos, integração em sistemas e economias regionais, nacionais e mesmo internacionais, mas precisa ser controlado localmente. (Hugues de VARINE, 2014, p. 26)

Suzy da Silva Santos (2017) ajuda a sintetizar diferentes ramificações do conceito de Museologia Comunitária. A autora ilustra diversos mapas conceituais com intuito de simplificar o pensamento museológico a respeito dessa terminologia. Para ela, o museu segundo Varine é apresentado como uma:

ferramenta de mobilização, que revela os recursos disponíveis pertencentes à comunidade e apresenta estratégias para o seu desenvolvimento, desvincula-se da imagem de um museu ligado ao passado, cujo interesse maior é preservar coleções, e coloca-o no presente, como um meio para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, que reconhece valoriza seus patrimônios e os utiliza em prol do desenvolvimento comunitário, dando-os um sentido atual (significando ressignificando-os). (Suzy SANTOS, 2017, p. 122-123)

Santos (2017) também enfatiza a perenidade com que Varine considera essa potência museal, os museus comunitários podem assim nascer e se desfazer em curto período, se transformar em outra tipologia ou até mesmo começar a trabalhar de forma mais tradicional. “A dinâmica é livre e sua permanência, extinção ou transformação depende unicamente dos interesses comunitários” (Suzy SANTOS, 2017, p. 125). Dessa forma os museus se constituem como um processo, não possuindo um fim em si mesmos, mas na discussão em torno de sua constituição, executada de maneira horizontalizada e descentralizada.

Outra definição de comunidade, proposta pela Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias do Rio Grande do Sul (Repim-RS), e que conversa diretamente as temáticas tratadas nesse trabalho é:

entende por comunidades grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, **culturais e/ou de gênero**, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais (Cláudia FEIJÓ; *et al.* p. 439, grifo meu)

A importância da consideração das singularidades e particularidades presentes em qualquer agrupamento humano demonstra a necessidade da derrubada de “Antigos conceitos e preconceitos [cedendo de] vez à ideia geral de que todas as populações são capazes de criar e gerir museus, desde que não lhe seja imposto um único padrão e que sejam respeitadas as suas especificidades e singularidades nas formas e modos de criá-los” (Yára MATTOS; Odalice PRIOSTI, 2007, p. 74). As autoras consideram também o papel indispensável da Mesa de Santiago na inscrição dos museus em uma nova história.

Possibilidades de manejo das coleções e das mais variadas outras facetas de um espaço de salvaguarda da memória com caráter comunitário pretende “libertar a vida que pulsa no patrimônio exibido nas vitrines, nos santuários naturais, na memória dos nichos comunitários, através de ações que partam delas mesmas, pode ser uma porta aberta para a sociedade do futuro.” (Yára MATTOS; Odalice PRIOSTI, 2007, p. 76). Dispositivos práticos como a gestão

compartilhada, baseada na negociação de demandas de diferentes atores participantes dos processos demandam a quebra permanente das hierarquias do saber.

A Museologia Social, resultado direto da "perda de potência da expressão Nova Museologia" (p. 16) segundo Inês Gouveia e Mário Chagas (2016), é originada na "Ordem de Serviço no 27/93, do Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG), em Lisboa, Portugal, datada de 26 de maio de 1993 e assinada por Fernando Santos Neves, com o objetivo de criar um Centro de Estudos de Sociomuseologia (CESM)" (p. 14). Neste mesmo ano também é fundada a publicação *Cadernos de Sociomuseologia*, com texto inaugural de Mário Moutinho intitulado "Sobre o conceito de museologia social".

A Museologia Social possui "compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas" (Mário CHAGAS; Inês GOUVEIA, 2016, p. 17). Apesar da tentativa de homogeneizar toda Museologia como social, a necessidade na ênfase apresentada pelo termo se dá a esse próprio compromisso, em que se estabelece o carecimento do empenho com:

[...] a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (Mário CHAGAS; Inês GOUVEIA, 2016, p. 17).

Além disso, não pode haver espaço para um discurso de exclusão, principalmente o baseado na LGBTfobia nessa tipologia de fazer museológica. O rigor científico defendido por intelectuais de todos os espectros acadêmicos por vezes sobrepuja a visão geral em torno de uma temática e acarreta com isso um apagamento histórico de narrativas, exemplo disso é o processo de “heterossexualização compulsória de objetos, histórias e memórias dos povos originários” (Jean BAPTISTA, 2021, p. 45-46). A replicação de conceitos do colonizador para estudo de sociedades que não apenas foram massacradas por estes como também possuem um desenvolvimento histórico próprio demonstra a necessidade da crítica racial aplicada a Sociomuseologia. “Não é possível, portanto, conceber uma Sociomuseologia ou Museologia Social fóbica à diversidade sexual, e esta sem ser interseccional com raça/cor, classe e origem social.” (p. 54)

Sociomuseologia é aqui entendida como “como uma Escola de Pensamento ‘indisciplinada’, capaz de promover uma refundação epistêmica.” (Clóvis BRITTO, 2019, p. 21). Cujo um dos principais objetivos “visa entender como as relações com os movimentos

sociais e fenômenos socioculturais da atualidade impactam na área e nas suas estruturas, num exercício de identificar características comuns e específicas destas Museologias Transgressoras.” (Judite PRIMO, 2022, p. 4). Acarreta assim em um fazer metodológico relacionado a pulsação da vida e suas diversidades.

O ideal de um museu integral perpassa pela inclusão de toda a comunidade envolvida, independente dos recortes de classe, raça/étnico, gênero e orientação sexual. A Museologia LGBT, em conjunto com os aprendizados da Museologia Social, busca superar essas fobias baseadas no apagamento sistêmico. Incluir não apenas no discurso museal e museológico final, como também na produção do mesmo, trazer subjetividades e deixar florescer as narrativas próprias dos corpos divergentes é a função social dessa discussão.

1.3 Redes de Museologia Comunitária no Brasil: articulação, protagonismo e políticas museais

A organização dos museus e da Museologia nacional em rede foi um importante processo no início do século XXI. O período de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, com a organização da Política Nacional de Museus (PNM) e do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) estabeleceu-se uma grande rede de troca de informações pelas instituições de memória nacionais.

Com a publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o SBM passa a ser definido como *uma rede organizada*, constituída por meio da adesão voluntária das instituições. Objetiva, em síntese, promover a coordenação, articulação, mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros. Dentre as finalidades previstas, cita-se a colaboração com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura, de que trata a Lei nº 12.343, de 2010 e do Plano Nacional Setorial de Museus. (Sistema Brasileiro de Museus – SBM⁴, 2022, grifo meu)

A construção coletiva, aberta e participativa da Política Nacional de Museus, teve como base dois documentos chave: a “Carta de Rio Grande” (2002), elaborada no 8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema “Museus e globalização”, em comemoração aos 30 anos da Mesa de Santiago de 1972; e “Imaginação museal a serviço da cultura” (2002) concebida pelo Conselho Federal de Museologia (COFEM).

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e

⁴ Disponível em <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/sistema-brasileiro-de-museus>>

participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira. (BRASIL, p. 24)

Como consequência da produção dessa política, foram estabelecidos princípios norteadores da produção museal e da realidade museológica nacional. O paradigma comunitário é estabelecido com um grande lastro de importância, por considerar as subjetividades de uma realidade tão heterogênea como a brasileira. Os dois seguintes princípios demonstram essa relevância do comunitário no PNM:

4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado. / 5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural. (BRASIL, p. 24/25)

As principais redes em Museologia Social no Brasil se organizaram entre os anos de 2011 a 2014 (GOMES, 2019), fruto das discussões em torno de uma Museologia Comunitária, que culminou na criação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) em 2004, caracterizada como uma associação civil sem fins lucrativos, cujo objetivo é de fomentar a criação, cooperação e divulgação de ecomuseus e museus comunitários, além de formar uma rede de participantes e simpatizantes dessa tipologia museal e museológica, promovendo uma interlocução na área e reivindicando junto ao poder público a representação desses processos (Suzy SANTOS, 2017).

A missão da Associação, segundo consta em seu blog⁵ é:

Fomentar a criação, fortalecimento, apoio e difusão dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio cultural como instrumento de emancipação humana e social. (QUEM SOMOS)

Como pontuadas por Suzy Santos (2017), as principais repercussões a partir da criação da Associação, executadas pela mesma são as quatro Jornadas de Formação em Museologia Comunitária em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ), Santa Maria (RS), São José dos Campos (SP) e Maranguape (CE), nos anos 2009, 2011, 2014 e 2016 respectivamente. Além da "organização

⁵ QUEM SOMOS, disponível em <<https://abremc.blogspot.com/>>

do III e do V Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários [...] em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) em setembro de 2004, e em Belém (PA) em junho de 2012" (Suzy SANTOS, 2017, p. 195).

Como consequência de uma maior intensificação na criação de políticas públicas voltadas para o campo dos museus e da Museologia, a partir do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006), cria-se no país um cenário favorável para o florescimento de redes em Museologia Comunitária ao longo do território nacional (Rondelly CAVULA et al., 2021). A criação do Programa Mais Cultura e do Programa Cultura Viva, a partir dos princípios delimitados na PNM, se pautou no estímulo as expressões culturais que já existiam no Brasil:

O projeto – e posteriormente programa - Pontos de Memória consistiu no estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento de ações de memória de grupos, povos e comunidades historicamente alijadas dos museus e de outros espaços oficiais de representação da cultura nacional (Ronelly CAVULA et al., 2021, p. 356).

Marcele Pereira (2018) demonstra que a partir do projeto Teia de Memória, no qual reunia integrantes dos Pontos de Memórias e representantes da Museologia Social, apoiados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ocorre um "fortalecimento das ações em rede e do aprofundamento das reflexões que contribuíram para o acúmulo de experiências necessárias para o desenvolvimento da Museologia Social no Brasil" (Marcele PEREIRA, 2018, p. 151)

A configuração processual do Programa Pontos de Memória ocorre através de "[...] três eixos articulados, segundo informações que constam no site do Instituto Brasileiro de Museus: são eles: 1. Mapeamento das iniciativas; 2. Intercâmbio e capacitação em rede e 3. Fomento." (Marcele PEREIRA, 2018. p. 154). Uma das atividades incentivadas por esses três eixos é o estímulo à articulação em redes temáticas e territoriais, em que um dos marcos principais pontuados por Marcelle Pereira (2018) é a proposição por parte do IBRAM, no Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários (em Brasília, 2012), a organização em rede com intenção em possibilitar maior amplitude às ações.

A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro foi criada em 2013 a partir de interlocuções iniciadas ainda em 2010 entre processos museológicos construídos na perspectiva da Museologia Social, como o Museu da Maré, o Museu de Favela e o Museu Vivo do São Bento. É notável a influência de outras redes em Museologia Social que surgem no mesmo período (Rondelly CAVULA et al., 2021), mas também o modo como a Rede de Museologia

do Rio de Janeiro se tornou em inspiração para a configuração de outras articulações, como a Rede SP de Memória e Museologia Social e a Rede de Pontos de Memória do Espírito Santo.

Os textos "Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro - Memória e Resistência" das autoras Rondelly Cavula, Nathalia Lardosa, Alana Mendonça, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, Inês Gouveia, Leu Cruz, Luísa Calixto, Mirela Araujo (2021), e "A rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: um balanço em movimento" de Mário Chagas, Juliana Veiga, Rondelly Cavulla (2021), apresentam as origens e os frutos dessa Rede de Memória e Museologia Social no Rio de Janeiro (REMUS-RJ).

Ambos os textos, ao tratarem de um mesmo processo museológico, possuem similaridades. A REMUS-RJ é apresentada como uma rede múltipla, um resultado das contribuições dos mais diversos atores, como integrantes de movimentos sociais, pesquisadores, professores, estudantes etc. (Rondelly CAVULA et al., 2021), apresentando com isso uma forte "dimensão interseccional" (Mário CHAGAS; Rondelly CAVULLA; Juliana VEIGA, 2021, p. 436). O exemplo do funcionamento desta Rede pode ser empregado a todos quando, na afirmação:

a sobrevivência das redes depende da constituição de uma espécie de personalidade ou de identidade processual, que se define a partir do contexto social em que se inserem, das lutas que assumem e enfrentam, do foco e das prioridades que estabelecem e dos projetos coletivos que são capazes de desenvolver. (Mário CHAGAS; Rondelly CAVULLA; Juliana VEIGA, 2021, p. 437)

Essas problematizações também podem ser visualizadas no âmbito de outras redes de Museologia Social. Em estudo sobre a Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Alexandre Oliveira Gomes (2019) apresenta aspectos da trajetória de implementação dessa Rede colhidos através de experiência etnográfica:

A Rede Indígena de Memória e Museologia Social, consiste em uma instância de organização e mobilização dos museus indígenas no Brasil, de caráter descentralizado e para onde convergem e entrecruzam-se práticas, discursos e trocas generalizadas, entre contatos presenciais (constantemente) e digitais (ininterruptos), através dos quais interagem coletividades étnicas que vem se apropriando das noções de "cultura" e "patrimônio" por meio de processos museológicos e museus, que constituem ferramentas de empoderamento potencializadas pelas ressignificações, apropriações e traduções produzidas sobre suas histórias, operadas como parte de "regimes de memória" associados aos movimentos indígenas dos quais fazem parte. (Alexandre GOMES, 2019, p. 347)

O autor também pontua a importância do programa Pontos de Memória para o surgimento da Rede através da criação do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória. A Rede nasceu em dezembro de 2014 com a participação de uma comitiva de onze indígenas do Ceará no II Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco (Alexandre GOMES, 2019, p. 351).

A criação desta Rede permitiu aos indígenas a possibilidade de promover encontros em seus próprios territórios (Alexandre GOMES, 2019). Com isso Alexandre Gomes (2019) aponta o ano de 2015 como marco divisor, a partir da organização de dois eventos distintos pela Rede: I Fórum Nacional de Museus Indígenas, no Sítio Fernandes (no Museu dos Kanindé, em Aratuba-CE); e I Encontro de Formação em Museologia para Povos Indígenas em Pernambuco (na aldeia Malhador, Buíque, do povo Kapinawá). Essas repercussões, articuladas em rede, obtiveram apoio de instituições parceiras, sendo elas educacionais, museológicas e indigenistas.

Além das trocas e relações interétnicas que a organização em rede proporciona, a geração de experiências a partir de processos museais, onde os "museus indígenas do Ceará passaram a ser uma referência para os indígenas que passaram a se integrar à Rede em formação" (Alexandre GOMES, 2019, p. 353). Um fator presente na subjetividade desses processos ligados a Rede Indígena de Memória e Museologia Social é a espiritualidade, onde o papel de algumas figuras, como o pajé Barbosa Pitaguary, servem de mediação para as diferentes etnias.

A Rede Museologia Kilombola (RMK), nasce em novembro de 2019, com um objetivo central: "o diálogo para diversidade do povo preto nos espaços de poder". Ademais, "é uma organização na qual descendentes negros da destruição colonial promovem ações que retomam a nossa herança epistêmica, tecnológica, social e histórica, e acolhem os corpos negros da Museologia, promovendo a resistência." A Rede é formada por mais de quarenta membros oriundos de territórios tradicionais quilombolas, favelas e periferias, funcionando assim como as outras redes aqui apresentadas de forma horizontalizada, mediante comitês.

Como repercussões principais da RMK, tendo em vista o contexto pandêmico atual, foram promovidos debates através de lives em diferentes plataformas digitais, além da participação de seus membros em diversos outros eventos. Foi articulado pela Rede o webnário "Museus em (re)definição: desafios da nova definição de museus no século XXI", em 2021 e a publicação em conjunto com a Revista Memória LGBTIQ+ da sua décima terceira edição intitulada "Raça, Etnia e Sexualidade e Afeto: Quais memórias estão por vir?".

Em meio a questionamentos sobre a legitimidade da pauta LGBT, "tornou-se evidente que a temática homofobia em museus não teria um percurso simples, necessitando de uma

organização maior." (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014, p. 182). Com o objetivo de tratar a superação de fobias referentes aos corpos LGBT dentro do contexto museal, seja institucional ou ligado a processos, articula-se a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Boita (2018) apresenta a Rede como um dos indicadores de memória do movimento LGBT brasileiro. No panorama geral das múltiplas ações desenvolvidas pela Rede, é apontado que não houve até o momento avanços em relação ao estabelecimento de políticas públicas específicas voltadas a esse público por intermédio do IBRAM. Apesar disso, a "Rede LGBT, promoveu, estimulou e apoiou muitas ações que transformaram a realidade museológica brasileira" (Tony BOITA, 2018, p. 73).

Retornando a discussão sobre o programa Pontos de Memória e a ausência de iniciativas LGBT contempladas pelos editais, Rafael Machado (2021) aponta como problemática os pormenores burocráticos e a maleabilidade dos conceitos nos documentos:

Um mote a ser (re)pensado é a aplicação do enquadramento sobre o que é ou venha ser Ponto de Memória por meio dos processos museais reconhecidos oficialmente sobre as práticas museais não canônicas aptas a ser tituladas pelo Estado. Para isso, acredito que seja importante pensarmos nas ações culturais a partir do caráter dinâmico dos espaços de sociabilidade, resistência e sobrevivência (des)ocupados e (des)construídos pela ação comunitária LGBT a partir de processos museológicos que escapam muitas vezes às concepções convencionais e isso não significa que devam ser negligenciados ou sentenciados como inexistentes. Além disso, muitas vezes as ações estão em diálogo muito próximo às perspectivas de enquadramento, mas as convicções LGBTfóbicas internalizadas guiam às escolhas de que tem o poder de selecionar e eleger. (Rafael MACHADO, 2021, p. 53)

Com esse exemplo direto de como as LGBTfobias internalizadas naqueles que possuem poder decisório para criação e manutenção de políticas públicas de memória fica evidenciada a importância de instrumentos de resistência e combate ao silenciamento sistêmico como a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, tema que está presente de forma transversal em todo este trabalho e será em seguida explorado de forma mais específica.

2. A REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DE FOBIAS À DIVERSIDADE SEXUAL

2.1 A trajetória da Rede LGBT e as vinculações com a Museologia Comunitária

A Rede LGBT de Memória e Museologia Social, segundo consta em sua carta de fundação, foi criada no "5º Fórum Nacional de Museus em Petrópolis - Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2012, em busca de reconhecimento e da salvaguarda da memória e luta da comunidade LGBT" (EDITORIAL, 2014, p. 38). Além disso, a Rede ambiciona a "geração de políticas, programas, encontros, espaço no fórum nacional de museus e inclusão da temática e práticas LGBT nos museus brasileiros" como forma de superação das fobias e silenciamentos historicamente impostos. São apontados também, nesse mesmo documento de criação, quatro ações principais que o grupo almeja implementar, sendo elas:

- 1 - Um programa específico dentro do IBRAM enfatizando as políticas públicas voltadas para as ações museológicas de gênero – políticas de estímulo – como editais/premiações;
- 2 - Espaços, principalmente nos museus tradicionais, para a exploração de acervos já existentes nos museus brasileiros, propondo um trabalho voltado para a perspectiva de gênero;
- 3 - Problematização no interior dos museus a partir da perspectiva LGBT, tendo em vista que, em sua maior parte, os museus trabalham a questão de gênero pelo ponto da heteronormatividade;
- 4 - Que os pontos de memória, pontos de cultura, instituições culturais, museus comunitários, ecomuseus e museus tradicionais se articulem, ao menos uma semana ao ano, para divulgar e enfatizar o movimento LGBT e as questões de gênero nas instituições brasileiras. (EDITORIAL, 2014, p. 38).

De acordo com Jean Baptista e Tony Boita (2017) a partir da palestra de Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia e do Museu da Sexualidade de Salvador, no Fórum Nacional de Museus de 2010, ocorreu um estímulo nos profissionais presentes para a fundação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social do Brasil, em 2012, durante o V Fórum Nacional de Museus (Petrópolis/RJ). Outro episódio demonstrativo da necessidade de maior articulação na luta dentro dos museus e da Museologia é a exoneração de Girlene Chagas Bulhões da direção do Museu das Bandeiras, unidade museológica do IBRAM em Goiás-GO, após críticas na promoção da primeira exposição de temática LGBT em instituição federal, com o evento Semana do Babado (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2017). O questionamento das ausências de narrativas sobre a comunidade e cultura LGBT surgiu em conversas paralelas ao evento de

2012, onde inclusive pessoas heterossexuais e cisgêneras são convidadas ao debate (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014).

Até mesmo iniciativas comunitárias em memória e museologia social, museus comunitários, ecomuseus ou outras tipologias que transgrediram os pilares da museologia convencional, ainda não questionam a violência e o direito à memória aos LGBT seja em seu edifício ou em seu território. (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2017, p. 134)

A ausência na inclusão de narrativas sobre subjetividades divergentes da heterocisnormatividade levam a pesquisadoras interessadas em explorar essa temática se juntarem em rede para questionar o papel da Museologia e dos museus na manutenção de uma lógica de violência e apagamento. A Rede LGBT de Memória e Museologia Social, ao longo de seus dez anos de amadurecimento possibilitou diversas repercussões, como a publicação da *Revista Memórias LGBT+*, cabendo aqui ressaltar que se trata de uma entidade independente apesar da sua forte vinculação com a Rede. Seu primeiro número foi lançado em 2013 e continua até a atualidade, contabilizando 17 edições, explorada no próximo subtítulo. A *Revista* consegue abarcar um grande leque de discussões a respeito dos mais variados temas através da colaboração em forma de texto e imagens de inúmeros intelectuais, enriquecendo o debate e apresentando ao público em geral informações atualizadas sobre a discussão em torno das identidades de gênero e orientações sexuais (Tony BOITA; Manuelina DUARTE CANDIDO, 2020).

Além disso, dado seu caráter coletivo e colaborativo, a Rede possui em articulação algumas redes regionais e estaduais, como o Instituto Cultura e Arte LGBT⁶, no Centro-Oeste, a Rede LGBT Sul e o Coletivo Memória e Resistência⁷ em São Paulo. É incentivada no site da *Revista*⁸ a criação de outras redes, colocando-se o contato a disposição para auxiliar nessa articulação contínua.

⁶ Define-se como: "organização da sociedade civil com objetivo de defender, promover, fomentar e difundir a cultura, o legado cultural e artístico e a memória da comunidade LGBT+ brasileira". O Terreiro Cultural LGBT+, sua sede, funciona desde 30 de novembro de 2018, no Setor Comercial Sul, Brasília (DF). Disponível em: <https://instituto.lgbt/>

⁷ Criado com o intuito de promover o debate sobre temas relacionados aos bens culturais urbanos na zona leste da cidade (São Paulo). estreitar os laços entre as comunidades e a diversidade de manifestações de arte e cultura da região e estimular a inclusão e a cidadania, do ponto de vista cultural, por meio de ações de estudo, resgate e valorização de elementos patrimoniais. Desenvolvido entre agosto de 2018 e abril de 2019, financiado pelo Programa de Valorização de Iniciativas Culturais da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomemoriaeresistencia/>

⁸ Disponível em: <https://memoriaslgbt.wpcomstaging.com/rede-lgbt/>

Outros exemplos de ações articuladas pela Rede são: o I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT realizado em 2015, no Rio de Janeiro, produzido e idealizado pela *RMLGBT+* em parceria com o Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (MUF); o IV Seminário de Política de Acervos - Memória e Patrimônio LGBT, no Museu Victor Meirelles/Ibram, em Florianópolis (SC); o II Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT+ Feminismo, efetuado na internet por conta da pandemia de covid-19; e o Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT+ Resistências: IV Museus e Resistências III Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBT, em Outubro de 2021 também de forma remota.

É possível também indicar como repercussões o dossiê "Corpos e Dissidências nos Museus e na Museologia" publicado nos *Cadernos de Sociomuseologia* (vol. 61, n.º 17, abr. 2021) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; o dossiê "Museus e Museologia LGBT+" publicado na revista *Museologia & Interdisciplinaridade* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, em maio de 2022; e a aprovação do dossiê "Memória, Museologia LGBT+ e Museus Nacionais" nos *Anais do Museu Histórico Nacional* a ser publicado em 2023; propostos e compostos por produções de diversos integrantes da Rede.

A organização do pensamento em redes não é novidade para o movimento LGBT brasileiro, conforme demonstra Machado (2021) no trecho destacado a seguir:

A organização de redes LGBT no Brasil tem marco fundacional no dia 31 de janeiro de 1995 com a Associação de Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), considerada a maior rede de organizações LGBT na América Latina na luta pela cidadania e direitos humanos de LGBT, com centenas de grupos no país. A partir dos anos 2000, as redes se multiplicaram: Associação Brasileira de Lésbica (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Associação Nacional de Travestis (ANTRA), Rede Afro LGBT, Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB), além das redes locais em todo país. Atualmente a ordem da sigla ABGLT permanece a mesma, mas seu significado foi alterado para Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. (Rafael MACHADO, 2021, p. 57)

Desde as primeiras articulações para a criação da Rede, percebeu-se resistência de certa parcela da Museologia à organização de um grupo que mescle essa área com os estudos LGBT. “[...] importantes teóricos da museologia social chegaram a questionar a validade conceitual de relacionar comunidade LGBT à museologia.” (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2014, p. 183). Até mesmo dentro de um discurso que visa a inclusão de narrativas historicamente silenciadas

como na Museologia Comunitária encontram-se subjetividades preconceituosas, algo que demonstra a força da LGBTfobia em todas esferas do pensamento humano contemporâneo.

A Rede LGBT de Memória e Museologia Social é um movimento de reflexão, representatividade e ação, desenvolvido por pesquisadores/as, profissionais e estudantes LGBT de diversas localidades do Brasil que visibilizam a emergência da inclusão da temática LGBT no campo museológico, denunciando as exclusões, ausências, silenciamentos e apagamentos em torno da temática LGBT no campo museológico. É um movimento que se configura resistência LGBT contra as atrocidades praticadas no cotidiano pelos ideais do pensamento conservador brasileiro, fortalecendo a luta pelo reconhecimento e garantia do direito à vida, cidadania e acesso à informação e produção do conhecimento manifestas nas expressões culturais da comunidade LGBT. (Rafael MACHADO, 2021, p. 56)

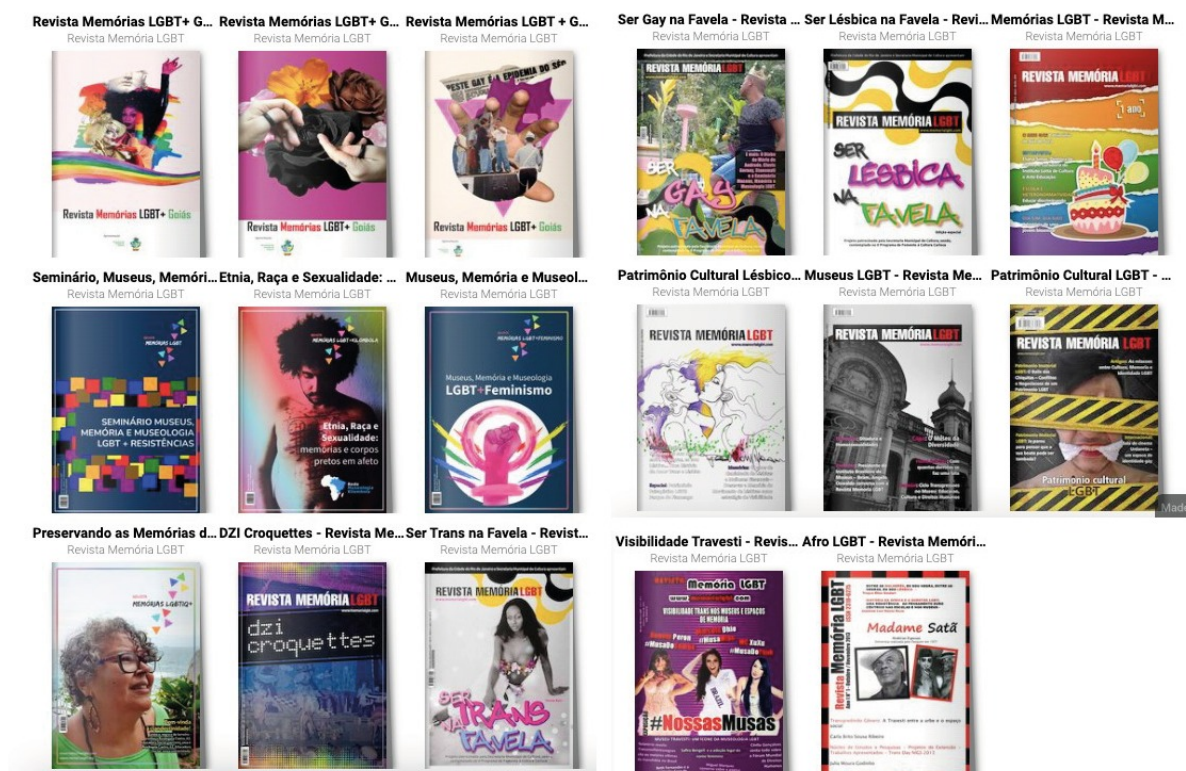
O enfrentamento de fobias e a reparação de feridas narrativas presentes na história nacional são algumas das atribuições que a Rede como um coletivo, tomou para si. O apoio a outras iniciativas como as casas de acolhida e a Rede de Casas de Acolhimento LGBTIA+ do Brasil (MACHADO, 2021) são aspectos fundamentais na criação de um futuro melhor para *todes*. A articulação dentro do ambiente acadêmico proporciona bases teóricas para criação e fortalecimento de políticas públicas de memória relacionadas à população LGBT+.

2.2 A Revista *Memórias LGBT+*: visibilidade e musealização

A *Revista Memórias LGBT+* (RMLGBT+), periódico digital de metodologia compartilhada, participativa e colaborativa, foi idealizada por Tony Boita e apoiada pela Rede LGBT de Memória e Museologia Social, a partir de uma primeira tentativa de organização de boletins sobre acontecimentos da Rede (Tony BOITA, 2022). Sua primeira edição foi disponibilizada em 2013, mantendo-se até a atualidade. Seu lema, presente em seu site⁹ institucional resume com poucas palavras o principal objetivo deste periódico: “Preservando, difundindo e musealizando às Memórias de Lésbicas, Travestis, Transexuais, Bissexuais e Gays”. Possui até o momento da escrita deste trabalho dezessete edições, todas disponibilizadas de forma aberta e gratuita.

⁹ Disponível em: < <https://memoriaslgbt.com/> >

Figura 1: Capas edições *RMLGBT+*



Fonte: Edições anteriores, *Revista Memórias LGBT+*, disponível em: < <https://memoriaslgbt.com/edicoes-memorias-lgbtiq/>>

Está vinculada “ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas” (BOITA, 2014, p. 27) e “possui o Número Internacional Para Publicações Seriadas - ISSN (International Standard Serial Number)” (IBIDEM). A metodologia já destacada baseia-se também nos seguintes pontos:

[...] mapear iniciativas em memória e museologia social que promovam o protagonismo da memória LGBT, através de: 1) Mapeamento colaborativo feito pela equipe RMLGBT; 2) Mapeamento colaborativo realizado em parceria com a sociedade civil e instituições públicas; 3) Mapeamento por meio de entrevistas com personalidades públicas; 4) Registro e preservação do mapeamento; 5) Disponibilização bimestral em formato de revista do mapeamento enviado. (Tony BOITA, 2014, p. 27)

O caráter bimestral da publicação, previsto em sua concepção, sofreu com alguns percalços ao longo de sua história, manteve essa periodicidade até a nona edição (de 2013 a 2015), retornando apenas em 2016, parando novamente e reaparecendo em 2020, na 11ª edição com uma nova proposta de título “Revista Memórias LGBTQIA+” reflexo da mutabilidade que a sigla possui na tentativa de incluir os mais diferentes espectros das identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso conforme apontado por Tony Boita (2022) “a partir da edição XI, seu nome foi alterado, conforme a pauta principal, ou seja, a cada edição seu nome alteraria

em uma tentativa de demonstrar uma fluidez e um respeito as múltiplas sexualidades e identidades de gênero.” (p. 98).

Os motivos da dificuldade de manutenção da publicação são explicitados no editorial dessa edição, onde Boita expõe como “ausência de recursos, falta de apoio e perseguições” (Tony BOITA, 2020, p. 2) são constante perseguidoras de projetos no que se refere a comunidade LGBT.

As 12^a, 13^a e 14^a edições são publicadas com um intervalo de seis meses e um ano respectivamente. Já as 15^a, 16^a e 17^a edições são publicadas no mesmo ano, em 2022. Essas últimas possuem particularidades que serão desenvolvidas ao longo desse texto.

O envio de material ocorre por meio do e-mail: <revista@memorialgbt.org>. É de livre utilização por qualquer pessoa interessada na temática.

Todo o material enviado é analisado por um corpo editorial indicado pela Rede LGBT de Memória e Museologia Social, composto por 01 doutor, 02 mestres, 02 graduandos e 01 graduado, responsáveis em selecionar e revisar o conteúdo. Para tal, esta revista é autônoma, colaborativa e democrática, e com isso pretende-se agregar, disseminar e salvaguarda a memória, história, o patrimônio cultural e ações de museologia social da comunidade LGBT. (Tony BOITA, 2014, p. 27)

O corpo editorial é composto por Tony Boita como editor-chefe, Jean Baptista como redator e Aline Inforsato ao cargo da direção de arte. A revisão gramatical e ortográfica dos textos fica a cargo individual das autoras e autores.

Além de promover a cultura, memória e identidade LGBT, ela é utilizada para denúncias, por meio de depoimentos enviados, bem como se configura em uma importante ferramenta para a afirmação e o empoderamento dos jovens LGBT. Portanto, a RMLGBT é um instrumento que, ao promover e salvaguardar os vestígios do protagonismo não normativo, vem superando a homolesbotransfobia na memória nacional. (Tony BOITA; Manuelina DUARTE CÂNDIDO, 2020, p. 105).

A função exercida pela *RMLGBT+* para a memória nacional possui paralelos diretos com uma instituição de memória, já que cumpre com o tripé museológico (preservação, pesquisa e comunicação) da cadeia operatória funcional de um museu, porém não se identifica como uma, mas sim como um periódico acadêmico. “Considerá-la, pois, como um processo de musealização, ou uma iniciativa comunitária em memória e museologia social, seria mais adequado, no sentido de que todo museu é um processo de musealização, mas nem todo processo de musealização gera, necessariamente, um museu.” (Tony BOITA; Manuelina

DUARTE CÂNDIDO, 2020, p. 106). A figura abaixo, presente no artigo anteriormente citado, demonstra o paralelismo da cadeia operatória:

Figura 2: Cadeia Operatória Museológica aplicada em Museus e na *RMLGBT+*

	MUSEU	REVISTA MEMÓRIA LGBT
INÍCIO DO PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO	AQUISIÇÃO DO ACERVO/COLEÇÃO	AQUISIÇÃO/DOAÇÃO DE ACERVO VIRTUAL
	PESQUISA	PESQUISA
CADEIA OPERATÓRIA MUSEOLÓGICA	MUSEU	REVISTA MEMÓRIA LGBT
	DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO/COLEÇÃO	DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO VIRTUAL
	CONSERVAÇÃO DO ACERVO/COLEÇÃO	CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DE SUPORTE DIGITAL E TRATAMENTO DIGITAL EM FOTOGRAFIAS
SALVAGUARDA	EXPOGRAFIA	EXPÕE PERIODICAMENTE UM TEMA; EXPOSIÇÃO EM REVISTA;
COMUNICAÇÃO	AÇÃO EDUCATIVA	VIDEOCONFERÊNCIA MATERIAL DIDÁTICO EVENTOS SEMINÁRIOS

Fonte: (Tony BOITA; Manuelina DUARTE CANDIDO, 2020)

A primeira edição, de outubro e novembro de 2013, inicia o ciclo de debates relacionados a questão afro (gay, lésbica e trans), uma vez que novembro é o mês da Consciência Negra no Brasil. Possui dois artigos, “Entre as mulheres, eu sou negra, entre as negras, eu sou lésbica” de Treyce Ellen Goulart e “História da África e a questão LGBT: uma resistência ao pensamento eurocêntrico nas escolas e nos museus” de Jaddson Luiz Sousa Silva. Traz também a reprodução de uma entrevista que Madame Satã (estampada na capa) concedeu aos jornalistas do Pasquim em 1971. Há também, dois textos exclusivos da publicação, um de Carla Brito Sousa Ribeiro “Transgredindo Gênero: A Travesti entre a urbe e o espaço social” e outro de Julia Moura Godinho “Núcleos de Estudos e Pesquisas - Projetos de Extensão Trabalhos Apresentados - Trans Day NIGS 2013”. Por fim, pontua uma série de eventos que estão para acontecer, como paradas do orgulho em diferentes localidades nacionais, exposição sobre Alan Turing e oportunidade de bolsa de estudos nos EUA.

A segunda edição, de janeiro/março de 2014, abre os debates em torno da memória trans. São apresentadas na capa dessa edição três musas contemporâneas, reformulando o mito

fundacional dos museus, personagens também das entrevistas que compõe o acervo expositivo da revista. É dedicada especialmente à memória das 121 travestis e transexuais assassinadas em 2013 no Brasil, dados disponibilizados pela Redtrans Brasil. Além do mais, diversas matérias sobre a questão trans, como a “Ode a Giuseppe Campuzano” escrita por Jean Baptista e Tony Boita, o texto “Transmulheres negras” de Treyce Ellen Goulart, a entrevista “Homens Transexuais” conduzida por Anna Luísa Santos de Oliveira e o texto “O ser ou não ser da transexualidade” de Karina Borba. Essa edição também possui matérias com outras temáticas, como o texto de Mário Magalhães sobre a “Coligay” e o de Almerindo Cardoso Simões Júnior sobre a revista *Lampião de Esquina*, dentre outros textos e chamamentos de eventos.

O tema da terceira edição, que compreende os meses de abril e maio de 2014, é o patrimônio cultural da comunidade LGBT no Brasil e todas as questões que abarca. O editorial, escrito por Tony Boita, aponta para o cumprimento de um dos objetivos centrais da publicação, servir como um canal de comunicação para a comunidade, além de outras redes, comunidades, coletivos e afins. Dentre os artigos relacionados ao tema central, está o texto de Paulo Cogo “As relações entre cultura, memória e identidade LGBT”, o texto de Jean Baptista e Tony Boita “Patrimônio cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas”, “O Baile das Chiquitas: conflitos e negociações de um patrimônio LGBT” de Jaddson Luiz e “Já parou para pensar que sua boate pode ser tombada?” de Victor Urresti. Além desses textos essa edição conta com uma exposição sobre a transexualidade, a questão da homossexualidade e identidade de gênero nas escolas e uma reportagem sobre o turismo gay e o *pink money*, além de outras matérias.

A quarta edição, de junho/julho de 2014, é focada em formas possíveis de combate à homofobia nos museus e espaços de memória. A capa, ao estampar a foto de edifício que na época foi prometido como nova sede do museu da diversidade de São Paulo, serve como provocação ao esquecimento da comunidade pelas políticas de memória do Estado. Uma das matérias chave dessa edição é a entrevista com Angelo Oswaldo, então diretor do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), conduzida por Tony Boita. Também compõem essa edição a transcrição da fala de Rita Colaço em evento da Comissão da Verdade sobre a perseguição aos LGBTs na ditadura militar brasileira, um relato sobre exposição do Ciclo Transgressões no Memorial Minas Gerais Vale em abril de 2014, artigo sobre a influência do jornalismo policial televisivo na reprodução da homofobia, o texto “O Museu da Diversidade” de Bárbara Freitas que remete a provocação da capa, o artigo “A História da homofobia e os Direitos Humanos” de Deyse Christine Boscaratto com gráficos e mapas sobre o tema, além de diversos outros textos, divulgações e matérias.

A quinta edição, de agosto/setembro de 2014, abre o debate específico sobre a memória e o patrimônio da comunidade lésbica, trazendo à tona as referências culturais dessa comunidade, com a capa concebida por Francis Fred dando enfoque ao amor entre mulheres. O texto exclusivo dessa edição é de autoria de Mariana Meriqui Rodrigues e Bruna Andrade Irineu intitulado “12 anos de Caminhada de lésbicas e mulheres bissexuais – preservar a memória do movimento de lésbicas como estratégia de visibilidade”. Conta também com a republicação do texto “Entre as mulheres eu sou negra, entre as negras eu sou lésbica” de Treyce Ellen Goulart, presente na primeira edição, além de relato de Rita Elizabeth sobre seu romance trans-lésbico, a metodologia do professor Alan Villela Barroso ao ser questionado em sala de aula a respeito de sua homossexualidade e o debate patrimonial sobre a criação do parque do Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro pela projetista lésbica Lotta de Macedo Soares. Conta também com uma crítica do documentário São Paulo Hi-fi, escrita por Bruno Carmelo, dentre outros textos.

A sexta edição, de dezembro/fevereiro de 2014, apresenta o especial comemorativo de um ano da publicação da RMLGBT. Tem por fio condutor o debate sobre direito à memória, trazido por Henrique Caproni em seu texto sobre o concurso de beleza e patrimônio municipal de Juiz de Fora “Miss Brasil Gay” e por Tony Boita com texto a respeito da participação da Revista no encontro Nacional de Estudantes de Museologia. Estão presentes nessa edição também a entrevista com a diretora do acervo e curadoria do Instituto Lotta, Eliana Simas; um relato pessoal sobre violência doméstica de uma jovem bissexual, escrito por Leonardo Ferreri; a homofobia e heteronormatividade no ambiente de trabalho no texto de Henrique Caproni além do texto de Alan Villela Barroso “Escola e heteronormatividade: educar discriminado”. Em “Direitos LGBT: desigualdades e equivalências” de Marco Aurélio Prado é explanada a legislação que protege a integridade da comunidade. Além do mais um breve relato da participação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém.

As edições sete (abril/maio), oito (junho/julho) e nove (agosto/setembro) de 2015 fazem parte de uma parceria com o Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (MUF) em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, sendo patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura, contemplado no II Programa de Fomento à Cultura Carioca. Nelas “Os editores e idealizadores da RMLGBT saem da análise e passam a refletir de forma “distanciada” para o universo de aplicação juntamente com o MUF e a comunidade LGBT carioca moradora de favela.” (Tony BOITA; Manuelina DUARTE CÂNDIDO, 2020, p. 102). Cada edição trata de uma letra da sigla LGBT na favela, excluindo a questão bissexual. A sétima edição é intitulada “Ser Lésbica na Favela”, a oitava “Ser Gay na Favela” e a nona “Ser Trans na Favela”,

trazendo exposição em revista de figuras lésbicas, gays e transexuais/travestis presentes nas comunidades Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Além de textos diversos, como entrevistas com lideranças locais, relatos sobre as experiências propostas durante essa parceria com a instituição de memória local e três textos de Mário Chagas sobre diferentes facetas de Clóvis Bornay, tendo em vista seu centenário.

A décima edição publicada em agosto/setembro de 2016 traz as Dzi Croquettes na capa, tema da exposição em revista, com texto de Pedro Augusto Chaves. Há foco sobre as eleições municipais, trazendo análise de dados colhidos durante a caminhada das mulheres lésbicas e bissexuais e a parada do orgulho LGBT de São Paulo, no qual em outra matéria é feito o relato sobre a 20ª edição do evento também por Pedro Augusto Chaves. Tony Boita assina três textos que discorrem sobre diferentes instituições de memória LGBT no planeta além de três artigos informativos assinados pela RMLGBT a respeito da saúde das lésbicas, gays e trans.

Na décima primeira edição da Revista, com publicação datada em 2020 é apresentado o novo título, dessa vez no plural e mais inclusiva, a *Revista Memórias LGBTIQ+* tem como temática central diferentes estratégias de preservação da memória da comunidade. Contém como matéria uma entrevista com Rosângela Castro escrita por Lucianna Bozzo Alves; o texto “Notas sobre iniciativas contemporâneas de cogestão das memórias LGBT” de Leonardo Vieira; “(Trans)ações museológicas: experiências na Casamor, Aracaju-SE” de Rafael Machado; “Invocando um terreiro cultural LGBT+” de Felipe Areda; “Rua Augusta: reconstruindo a história através da vida noturna” de Amanda de Souza Viana e Edhilson Dantas Alves; e por fim “Notas sobre o uso de tecnologias livres como estratégia de preservação e de disponibilização dos acervos LGBTI+” de Humberto da Cunha Alves de Souza e Luiz Ernesto Merkle.

A décima segunda, do segundo semestre de 2020, intitula-se “Revista Memórias LGBT+ Feminismo”, é dedicada exclusivamente a publicação das palestras do II Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBT+Feminismo (SeBraMus LGBT+), evento interseccional entre essas duas temáticas de pesquisa. Traz os textos basilares “O que é Museologia LGBT?” de Camila Wichers, Jean Baptista e Tony Boita e “O que é Museologia Feminista?” de Ana Audebert; além de “Ensino em Museologia e problemáticas metodológicas para uma Museologia LGBT: caminhos para uma política de acervo no Museu da Diversidade Sexual” de Tainá Castro; “Experiência do Curso de Museologia UFRGS no Universo LGBT” de Marlise Giovanaz; “As grafias de mulheres negras como construtoras de narrativas imagéticas da memórias afrodiáspóricas” de Luzia Gomes Ferreira; “Gênero, corpo e sexualidade na diáspora africana” de Marijara Souza Queiroz; “Casas de Acolhida LGBT no

Brasil: reflexões museológicas em contexto pandêmico” de Rafael Machado; “Coletivo Memória & Resistência e a memória LGBT da zona leste de São Paulo” de Leonardo Vieira; “A presença feminina nas Artes, na Museologia e no Patrimônio Cultural” de Susy Santos; “Museologia Feminista e direito à memória” de Allinny de Lima; “Educação para a diversidade de gênero nos museus: algumas provocações” de Jezulino Braga; “Território, Memória e Viadagens: notas para uma musealização da fechoação” de Vinicius Zacarias; “O *youtube* enquanto ferramenta para salvaguarda de memórias do Movimento LGBTIQ+ e de mulheres em Rondônia” de Lauri Silva; e por fim “Percursos do pensamento LGBT+ Brasileiro” de Felipe Areda.

A décima terceira edição, publicada no primeiro semestre de 2021, cujo título é “Etnia, Raça e Sexualidade: memórias e corpos pretos em afeto” é construída em conjunto com a Rede Museologia Kilombola. Enfatiza no editorial que essa parceria visa reforçar a construção de uma Museologia que fuja do caráter “branco, heterocentrado, elitista e provinda dos grandes centros urbanos” (EDITORIAL, 2021). Possui textos com diferentes personagens dessa intersecção de saberes, como entrevistas com Hérica Catarino, Lucas Ribeiro e Stefano Volp. Memórias como nos textos “Renascimento” de Ziaty Franco, “Preto, assexual e fluído: quem somos?” de Arthur Araújo e “Caroço de Umbu” de William Gomes. Um ensaio, intitulado “Ensaio sobre fragilidades” escrito por Anderson Feliciano. Oito poesias, de diferentes autoras e autores como “Meus escritxs” de Islan de Castro e “Pega visão” e “Ponto final” Nunyara Teles. Seis artigos ao todo, dentre eles “Carta de amor às bichas pretas” de Bruno Novais Dias e “Entrecosturas para desfazer narrativas hegemônicas: diálogos contemporâneos” de Nutyelly Cena. E doze exposições ao todo, como “Desfazer” de Gustavo Nascimento e “Corredor” de Jadson Correia.

Na décima quarta edição, do primeiro semestre de 2022, é um resultado das palestras do III Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT+ Resistências/IV Museus e Resistências, realizado em parceria com o Curso de Museologia da UFSC, entre os dias de 19 e 22 de outubro de 2021. São ao todo 20 textos, com as mais diversas autorias: a conferência de abertura com o texto de Judith Primo “Sociomuseologia e questões contemporâneas: resiliência e insurgências, gênero e sexualidade”; onze palestras como as de Aline Alcoforado, Renata Padilha e Thainá Castro “Museologia e cotidiano: a experiência do curso de Museologia da UFSC no acolhimento às diversidades”, de Tony Boita em “Aplicando a Museologia LGBT nos Museus”, “Acolhimentos e Resistências de processos” de e “Experiências de orientação e itinerários de pesquisa em Museologias LGBT” de Clóvis Carvalho Britto; cinco produtos da Roda de Conversa: Novas Vozes como “As gays, as bi, as trans, as sapatão, estão todas reunidas pra

fazer revolução” de Victória Lobo e “O lugar interseccional de corpos negros LGBTQ nos museus e na Museologia” de Gabe Mechado; uma produção do seminário por Joana Fernandes, Juliana Candido e Lara Vaz em “Seminário Memória e Museologia LGBT + Resistência – Identidade visual, plano de divulgação e os desafios da museologia na criação de conteúdo digital: uma análise baseada no perfil @museologiaufsc”; um artigo de Ian Habib chamado “Museu transgênero de história e arte”; e a conferência de encerramento por Tainá Castro intitulada “A imaginação museal do futuro ou caminhos para uma Museologia Dissidente”.

As décimas quinta, sexta e sétima, participam do projeto Memórias LGBT + Goiás, contemplado pelo Edital de Demandas Culturais do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás 2017. Com

objetivo [de] valorizar, preservar e difundir a memória de pessoas travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays do Estado de Goiás através de publicações impressas e virtuais da Revista Memória LGBT, apresentado, o patrimônio local, espaços de sociabilidade, memórias e coletivos de pessoas LGBT+ em Goiás (O PROJETO, 2022, p. 5)

Ao longo dessas três edições são apresentadas um artigo em cada uma: de Tony Boita e Jean Baptista “Memórias LGBT+ em Goiás: a parada que parou Goiânia” na décima quinta; “Museologia Sapatão: processo de visibilidade da mulher na comunidade LGBT” de Victória Lobo na décima sexta; e “‘Nascemos nus, o resto é drag’ (Rupaul Charles) Blog Museu Drag” de Joglesson Costa na décima sétima.

O apoio da Rede LGBT de Memória e Museologia Social reflete-se em inúmeras matérias ao longo da história da RMLGBT+ bem como da publicação da participação da Rede em eventos e a utilização de textos elaborados por membros dela. A Revista consegue assim cumprir o tripé fundamental da Museologia ao preservar memórias, pesquisar potencialidades e comunicar horizontalmente as informações, com intuito de integrar e suavizar o silenciamento narrativo no qual a comunidade passa desde muito tempo. Criar bibliografia e caminhos para mudanças paradigmáticas dentro da Museologia é um caminho precursor que a Rede e a *Revista* vieram para pavimentar.

2.3 A presença LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS) e o Seminário Memória, Museus e Museologia LGBT

O Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS) foi idealizado pela Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia (RDCCM) em seus V e VI Encontros anuais, ocorridos em 2012 em Petrópolis e 2013 no Rio de Janeiro respectivamente. É idealizado como

“[...] espaço de construção solidária e dialógica da Museologia no cenário nacional. Tem como objetivo se afirmar como locus privilegiado de discussões acadêmicas, contribuindo para a divulgação qualificada da produção científica dos professores e pesquisadores da área”.

Esta Rede nasce em 2008, tendo em vista a necessidade organizacional de um grupo específico relacionado a área museológica no país, por ter uma instancia fluída desde seu nascimento não possui amarras jurídicas. Inicialmente congrega apenas docentes de cursos da graduação, pós-graduação e especialização, passa posteriormente a abarcar também os pesquisadores de museus e profissionais que não atuam nas instituições de ensino. É decidido em assembleia da Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia, no SEBRAMUS de 2015, pela manutenção do evento na temporalidade bianual. “Ainda que tenham particularidades, geralmente as edições são compostas de conferências, mesas-redondas, sessões de apresentação de trabalhos acadêmicos, lançamento de livros, visitas técnicas, reuniões simultâneas e assembleia anual da Rede.” (Ana FARIA; Lourdes AGNES, 2022, p. 222).

Figura 3: Identidade visual dos SEBRAMUS



Fonte: Anais SEBRAMUS, disponível em: <<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/>>

Aconteceram até o momento cinco diferentes encontros: o inaugural ocorreu entre 12 e 14 de novembro de 2014, sediado pelo curso de Museologia da Universidade Federal de Minas

Gerais em Belo Horizonte sem uma temática definida; o segundo seminário foi sediado no Museu do Homem do Nordeste, em Recife (PE), entre 16 e 20 de novembro de 2015 e teve como tema central “Pesquisa em Museologia e perspectivas disciplinares”; o terceiro SEBRAMUS teve como sede a Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém (PA) entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017 tendo como fio condutor o tema “Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios”; o quarto seminário foi realizado pelo curso de museologia da Universidade de Brasília (UnB) em Brasília (DF) entre 29 de julho a 1º de agosto de 2019 com o tema “Democracia: Desafios para a Universidade e para a Museologia”.

Em dezembro de 2022, ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de dezembro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS). Após uma pausa por conta da pandemia de COVID-19, o Seminário retorna com o tema “Museologia em movimento: lutas e resistências”, e um discurso de enfrentamento aos diversos ataques que o setor museológico e cultural em geral, passam na contemporaneidade. Posta-se como “como um espaço colaborativo de discussões a respeito das dificuldades que passam as universidades frente ao cenário apresentado, e que repercutem na formação e consolidação teórica e profissional da Museologia Brasileira.” (APRESENTAÇÃO, 2022)¹⁰

Segundo a organização, o evento é “aberto a todos interessados e abrange diversas áreas do campo da museologia: perspectivas acadêmicas, patrimônio e memória, história dos museus e coleções, museus e políticas públicas; processos de salvaguarda e comunicação”.

As apresentações dos trabalhos no Seminário se dividem em Grupos de Trabalho (GTs), com a coordenação de dois docentes e cientistas de instituições diferentes, a partir da segunda edição. Esses GTs partem das demandas criadas pela própria comunidade acadêmica e são avaliadas pela Comissão Científica. Segundo consta no repositório virtual do SEBRAMUS (<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/>) a primeira edição contou com cinco GTs; a segunda teve um salto para 24 GTs propostos e 22 aprovados, destes 20 foram realizados por cumprir as condições mínimas; a terceira edição possui 15 GTs listados; a quarta também conta com 15 GTs efetivados; para a quinta edição foram propostos 17 GTs, com trabalhos enviados para todos.

Com exceção do seminário inaugural de 2014, houve a inserção de grupos de trabalho nas outras quatro edições cuja temáticas dialogam diretamente com o conteúdo de análise deste trabalho. O GT 16 do SEBRAMUS 2015, intitulado “Museologia, identidade de gênero e

¹⁰ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/5sebramus/>>

orientação sexual” a cargo dos professores Jean Baptista (UFG) e Matias Monteiro Ferreira (UnB), com a seguinte ementa:

Os modos de expressão e socialidade oriundos das comunidades LGBT e os dispositivos de crítica emergente do contexto das produções queer nos ofertam em seu percurso a constatação de que as identidades e performatividades de gênero se constituem como sistemas de atos e construções discursivas. Ampliar o espectro e abrangência de nossas abordagens práticas/conceituais, de modo a contemplar atos e discursos negligenciados, exige a reformulação de nossos meios e estratégias de produção de conhecimento. Assim, a memória das produções culturais, sociais e políticas de mulheres, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Lésbicas, Bissexuais e Gays desafiam noções pretensamente conciliadores, legitimadoras e fixas de identidade, patrimônio e cultura no contexto da Teoria Museológica.

Ao problematizar a matriz heterossexual reguladora (Butler, 2003), também dominante nos museus e espaços de memória, o GT procura discutir, reunir e refletir acerca de políticas museológicas que se relacionam com processos de inclusão, visibilidade, esquecimento e apagamento da memória de mulheres e população LGBT.

Para tal, propõe-se debater:

- as contribuições dos discursos feministas no âmbito da museologia;
- as contribuições da teoria queer, da história cultural e políticas públicas na perspectiva da teoria museológica;
- os processos de constituição do patrimônio comunitário LGBT;
- a ressignificação histórica frente as contribuições de personalidades LGBT;
- o ainda insipiente campo de pesquisa acerca da sexualidade e identidade de gênero nos museus;
- novas estratégias expositivas e novas abordagens comunicativas;
- a diversidade sexual e de gênero no que concerne a formação de profissionais de museus;

O GT conta com apoio da Revista Memória LGBT, da Rede LGBT de Memória e Museologia Social de Brasil e do Grupo de Pesquisa Comunidades e Museologia Social (Comusas-Ibram/CNPq). (SEMINÁRIO, 2015, p. 985)

O GT 7 do SEBRAMUS 2017, intitulado “Museologia, museus e gênero” e coordenado por Ana Audebert, Camila Moraes Wichers e Marijara Queiroz, tem como ementa:

O GT Museologia, museus e gênero propõe apresentar e debater a pertinência da categoria gênero para o campo da museologia e dos museus. Ao desvelar as relações de poder assimétricas presentes no sistema sexo-gênero em nossas sociedades percebemos que as diferenças entre mulheres e homens são também construções sociais e culturais. Importa-nos problematizar como os museus tem tratado essa questão, a partir de suas práticas e processos, à luz de uma museologia crítica. Serão pertinentes trabalhos teóricos e relatos de experiências a partir de práticas museais e patrimoniais que pensem sobre gênero e suas interseccionalidades tendo como base o conceito de patriarcado (enquanto sistema social de dominação/opressão) e feminismo (enquanto movimento social e político emancipatório) associados às práticas e processos de musealização e patrimonialização. Serão bem-vindos trabalhos que: discutam sobre (in)visibilidades, rupturas, permanências, narrativas e silenciamentos de temas relacionados a gênero e história das mulheres nos museus e na museologia; investiguem a prática social do colecionismo e das

coleções evidenciando o protagonismo e ação das mulheres; analisem as relações entre pessoas de diferentes gêneros com a cultura material, a memória social e o patrimônio ampliando o olhar para além da dicotomia mulher/homem; problematizem a questão de gênero e as formas de representações sociais da mulher a partir das interseccionalidades, considerando as adversidades da condição mulher (rural ou urbana, criança, jovem ou idosa, agricultora, operária ou burguesa, negra ou branca); considerem o recorte de gênero nos estudos e pesquisas sobre formação e atuação profissional no campo dos museus e da museologia; reflitam sobre os museus e a museologia numa perspectiva descolonizadora e decolonial; tragam relatos de intervenções museais voltadas a subverter as assimetrias do sistema sexo-gênero. (SEMINÁRIO, 2017)

O GT 4 do SEBRAMUS 2019, “Museus, gênero e sexualidade” coordenado por Ana Audebert, Jean Baptista e Mariana Sombrio, possuiu como ementa o texto:

O Grupo de Trabalho “Museus, gênero e sexualidade” propõe apresentar e debater a pertinência das categorias gênero e sexualidade para o campo da museologia e dos museus. Ao desvelar as relações de poder assimétricas presentes no sistema sexo-gênero em nossas sociedades, percebemos que as diferenças entre mulheres, homens e sexualidades dissidentes são também construções sociais e culturais. Importa-nos problematizar como os museus tem tratado essa questão, a partir de suas práticas e processos, refletidas à luz de uma museologia crítica. Serão pertinentes trabalhos teóricos bem como relatos de experiências a partir de práticas museais e patrimoniais que pensem sobre gênero, sexualidade e suas interseccionalidades à luz de conceitos como patriarcado e heteronormatividade – enquanto sistemas sociais de dominação/opressão – e feminismo – enquanto movimento social e político emancipatório, associados às práticas e processos de musealização e patrimonialização. Neste sentido, serão bem-vindos trabalhos que: - Discutam sobre visibilidade/invisibilidade, rupturas, permanências, narrativas e silenciamentos de temas relacionados a gênero, sexualidade e história das mulheres e populações LGBTQI nos museus e na museologia; - Investiguem a prática social do colecionismo e das coleções evidenciando o protagonismo e ação das mulheres e populações LGBTQI; - Levantem questionamentos sobre implicações de gênero e sexualidade na história dos museus, das coleções e das práticas colecionistas; - Analisem as relações entre pessoas de diferentes gêneros e sexualidades com a cultura material, a memória social e o patrimônio ampliando o olhar para além da dicotomia mulher/homem; - Problematizem a questão de gênero e as formas de representações sociais da mulher e populações LGBTQI a partir das interseccionalidade, considerando as multiplicidades presentes no interior dessas categorias (classe, raça, etnia, geração, nacionalidade, entre outros marcadores possíveis); - Considerem o recorte de gênero e sexualidade nos estudos e pesquisas sobre formação e atuação profissional no campo dos museus e da museologia; - Reflitam sobre os museus e a museologia numa perspectiva descolonizadora e decolonial; - Tragam relatos de intervenções museais voltadas a subverter as assimetrias do sistema sexo-gênero; - Promovam o debate sobre democracia, justiça social e igualdade na diferença. Justificativa da relevância do tema Historicamente os museus estão associados à construção das identidades nacionais europeias, nas quais se expressa uma forma de cidadão pleno: homem, branco, ocidental, heterossexual e proprietário. Da mesma forma, tais instituições nasceram

fortemente imbricadas com os colonialismos e imperialismos. Na modernidade ocidental, as identidades construídas a partir dos museus foram marcadamente machistas e sexistas, contribuindo para a opressão e subordinação das mulheres e outras “minorias políticas”, tal qual as populações que podem ser compreendidas como lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer e interessexuais (LGBTQI). Tais posturas marcaram as mentalidades expressas nos museus, em suas coleções, equipes, exposições e ações educativas até os dias atuais. Nesse sentido, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica das instituições museológicas e seus processos como parte de um amplo espectro de agenciamentos e normatizações, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado, de forma a calar as vozes subalternizadas. Trata-se de compreender que houve uma transferência europeia da cultura dos museus para as Américas de modo geral. Herdamos um modelo de museu moderno enciclopédico, classificador e hierarquizador que tratava de apresentar as referências culturais em termos nacionalistas, cientificistas, com destaque para os grandes eventos da história, dos heróis e principalmente dos homens. Essas marcas também estão presentes na museologia como campo de conhecimento, sendo necessário examinar criticamente como a produção do conhecimento e a formação nesse campo tem perpetuado essa herança sexista. Ademais, quando ampliamos as identificações de gênero e sexualidade para além da dicotomia mulher-homem, percebemos invisibilidade ainda maior das outras formas de ser pessoa, bem como de temas relacionados à regulação dos corpos. Trata-se de desafiar as lógicas hegemônicas presentes nos museus criando espaços e ações de resistência que garantam a entrada em cena de sujeitos excluídos historicamente dessas instituições. A resistência às hegemonias nos museus pode operar em muitas direções como a diversidade sexual, social, étnica criando cismas e abalos nas políticas culturais elitistas e nacionalistas em que se sustentam a maioria dos museus brasileiros, em maior ou menor grau. Trazer o gênero e a sexualidade para o campo da museologia é uma forma de melhor compreender o museu enquanto dispositivo de reprodução e mudança social. Será possível incrementar os discursos museais, repensar, ressignificar e reescrever a história da relação entre pessoas, coleções e as memórias construídas nessas instituições e processos? (SEMINÁRIO, 2019)

No seminário de 2022, os GTs 5 “Museus, Memória e Museologia LGBT+” sob coordenação de Tony Willian Boita, Marlise Maria Giovanaz e Benito Bisso Schmidt cuja ementa propõe:

O presente Grupo de Trabalho objetiva reunir pesquisas que versem sobre museus, memória e Museologia produzidas pela comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais). Neste cenário, problematizam-se estratégias museais interessadas na superação da LGBTfobia (categoria jurídica vigente nas políticas públicas brasileiras), no que pode ser chamado de Museologia LGBT+, entre outras possíveis designações. Para tal, reúnem-se novas abordagens teóricas relacionadas a políticas públicas, direitos humanos, estudos queer e interseccionalidade, além das práticas inovadoras expressas na criação de museus com tipologia própria, abordagens que problematizem o fato museal e a cadeia operatória museológica, estudos de musealização de coleções representativas da

comunidade LGBTQIA+, história dos museus, monumentos, patrimônios, arquivos, ressignificação de exposições e de acervos já musealizados, difusão de memórias orais, invisibilização das sexualidades dissidentes em exposições de curta e longa duração, entre outras possibilidades que demonstram a potencialidade desta proposta e sua ampla diversidade de atuação. O GT conta com apoio do Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS (CLOSE – RS)/UFRGS, da Rede LGBT+ de Memória e Museologia Social, a Revista Memórias LGBT+ e do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). (SEMINÁRIO, 2022)

E o GT 9 “Museologias Emergentes” também do SEBRAMUS 2022, coordenado por Karlla Kamylla Passos dos Santos, Giovanna Silveira Santos, Camila Azevedo de Moraes Wichers, com o seguinte resumo base:

A museologia vem passando por ondas de renovação nas últimas décadas, em um movimento marcado por tensões, negociações e avanços rumo a uma postura mais engajada socialmente. Por um lado, observamos a constituição de um campo científico específico, com teorias e práticas voltadas ao estudo e à intervenção das/nas relações entre pessoas, coisas, significados e espaços de construção das memórias. Por outro lado, essa constituição se vê interpelada por coletivos que demandam por representação em museus e discursos patrimoniais e/ou restituição de suas memórias e patrimônios culturais. Essas ondas demonstram as potencialidades dos processos de musealização, evidenciando debates interdisciplinares e interculturais, no intuito de buscar uma abordagem mais crítica e democrática dos museus e patrimônios. Esse grupo de trabalho visa integrar reflexões sobre as museologias que emergem desse cenário, como as museologias feministas, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, sapatão, periféricas e todas as outras formas do fazer museológico que deslocam e provocam a museologia normativa. Serão bem-vindas investigações de temas emergentes e abordagens críticas dos processos de musealização no campo dos museus, patrimônio e memória, envolvendo estudos de acervo, ações educativas, exposições, gestão museológica, documentação e conservação. Tais propostas devem contribuir para o debate interdisciplinar, intercultural e interseccional na museologia, visando à reflexão dos fenômenos e desafios contemporâneos. (SEMINÁRIO, 2022)

Já no SEBRAMUS 2017 é aglutinado em um mesmo GT (GT 7 - Museologia, museus e gênero, coordenado por Ana Audebert, Camila Moraes Wichers e Marijara Queiroz) os debates de gênero com significância no movimento feminista e as teorias LGBTQIA+, constatando-se assim o entendimento que essas tipologias de pesquisa possuem uma essência em comum (EDITORIAL, 2020). Porém a junção pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento teórico pleno nessas áreas, uma vez que são duas competências que se distinguem fortemente apesar de algumas poucas intersecções, a exemplo disso nas posteriores edições do Seminário as temáticas se dividem novamente em GTs específicos. A supressão de categorias como

sexualidade ou orientação sexual no título do GT acarreta mais uma forma de apagamento da luta LGBTQIA+ por reconhecimento dentro da teoria e prática museológica.

Apesar desse fato, no Seminário de 2017 ocorreu uma mesa redonda, intitulada “Cultura, arte e memória LGBT nos museus: ressonâncias do episódio QUEERMUSEU”, uma oficina com o tema “Gênero, Sexualidade e Museologia” além da recomendação, eleita de forma unânime com apenas uma voz insatisfeita no evento (Jean BAPTISTA, *et al.*, 2022) de que a XII Primavera dos Museus abordasse a temática LGBT. Na contramão dessa movimentação o tema escolhido para esse ano foi “Celebrando a educação em museus, cujo texto de referência não contemplava discussões sobre gênero e sexualidade.” (Ibidem, p. 46).

A evidência de que uma Primavera daria para a causa em geral é motivação principal para escrita, por parte de Jean Baptista e Tony Boita (2018) de um artigo para a revista *Museologia & Interdisciplinaridade da UnB*, intitulado “Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo País”, no qual os autores ilustram a urgência na qual os órgãos públicos ligados a memória nacional precisam tratar a temática de orientações sexuais e identidades de gênero como forma de estancar violências e resolver silenciamentos historicamente construídos.

Uma Primavera de Museus LGBT é a oportunidade para abertura de novos estudos, para o despertar de novos museólogos, historiadores, antropólogos, profissionais da saúde, matemáticos, enfim, cientistas que venham a se dedicar ao tema e mudar a realidade dos lentos passos da produção intelectual. (Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2018, p. 258)

Os anais de eventos chave como o SEBRAMUS servem como termômetro para a análise das temáticas, é possível saber o que é discutido e o que é deixado de lado em cada uma de suas edições. Além do mais são oportunidades para reuniões de membros da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, como foi no caso já apontado de 2017, em 2019 com o V Tecendo em Rede e em 2022, conforme apontado na programação oficial.

Para além do SEBRAMUS na Museologia brasileira, os integrantes da Rede e da RMLGBT+ organizam com certa periodicidade o “Seminário Memória, Museus e Museologia LGBT”. Sua primeira edição, pioneira dentro dessa temática no país, ocorreu entre os dias 23 e 24 de maio de 2015, no Rio de Janeiro sob patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro, em uma iniciativa do Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (MUF), e com apoio do Grupo de Pesquisa Comunidades e Museologia Social (Comusas/UFG/Ibram/CNPq).

O objetivo do evento foi o de promover, estimular e fomentar a memória LGBT com os princípios estabelecidos pelos Direitos Humanos. Procuramos, portanto, demonstrar que na contemporaneidade os museus e iniciativas comunitárias em memória e museologia social devem estimular o diálogo entre a memória, saúde, cultura, educação e cidadania, instigando nas instituições museológicas abordagens não fóbicas aos LGBT. (Tony BOITA, RMLGBT+, 2015, p. 21)

Nos dois dias de evento, diversas atividades como conferências e lançamento de livros, compostas por diferentes representantes de instituições como os Pontos de Memória do Taquaril, Museu Sankofa da Rocinha e o Acervo Bajubá, o Instituto Brasileiro de Museus com os museus Itaipu e Histórico Nacional, docentes de universidades federais, moradoras e moradores do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, membros da Associação de Moradores e também representantes do movimento social LGBT do Rio de Janeiro.

A segunda edição do Seminário ocorre apenas em 2020, em Belo Horizonte (MG) entre os dias 17 e 19 de maio. Por consequência da pandemia de covid-19, acontece em sala virtual na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Organiza-se na intersecção da Museologia LGBT com a Feminista, onde a temática central do evento verifica a relação entre essas duas vertentes com a produção acadêmica nacional sobre memória, museus e Museologia.

O evento é organizado pela Rede LGBT de Memória e Museologia Social, *Revista Memória LGBT*, bacharelado em Museologia da UFMG, GT Gênero e Sexualidade do SEBRAMUS e Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da UFMG.

O primeiro dia foi dedicado a roda de conversa Museus e Museologia Feminista com palestra de Camila Moraes Wichers e Luiza Gomes Ferreira, além da abertura comandada por Jezulino Lúcio Braga e Tony Boita. O segundo dia comporta a Roda de Conversa Ensino de Museologia Feminista e LGBT, com palestras de Jean Baptista, Jezulino Lúcio Braga, Marlise Giovanaz, Camila Moraes Wichers, Felipe Arede e Tony Boita. E a Roda de Conversa Museus, Memória e Museologia LGBT, com falas também de Tony Boita, Rafael Machado, Thainá Castro e Geanine Escobar. Além do encerramento do evento a cargo de Jean Baptista e Jezulino Lúcio Braga. Os anais do evento foram publicados na décima segunda edição da RMLGBT+, conforme já pontuado.

O III Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBT, última edição até agora desenvolvida, ocorreu em conjunto com o IV Museus e Resistências, promovido pelo bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) e Museu Victor Meirelles. Ocorre de forma *online*

entre os dias 19 e 22 de outubro de 2021, com apoio também do Museu da Inclusão e do Museu da Diversidade, além do Grupo de Pesquisa Museologia, Arqueologia, História e Sexualidade (MusAH+Sex).

Trata-se de uma união de forças para discutir e produzir conhecimento atualizado sobre museus, memória e Museologia quando em conexão com populações com identidade de gênero e sexualidade dissidentes da matriz branca, cis e heterossexual. Para tal, o evento conta com a presença de pessoas que se posicionam contra o racismo e LGBTfobia por meio de reconhecida produção intelectual, artística, ativista e atuação profissional no campo da Museologia LGBTQ+ a partir de múltiplas abordagens teóricas. (SOBRE O EVENTO¹¹, 2021)

O primeiro dia de evento contou com abertura efetuada pela coordenação do Bacharelado em Museologia da UFSC, Thainá Castro, editor-chefe da *Revista Memória LGBTQ*, Tony Boita, coordenador do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade, Jean Baptista, e representantes do Museu da Diversidade, Museu da Inclusão e Museu Victor Meirelles e uma *live* de Dandara Manoela. A conferência de abertura do segundo dia é Judite Primo com mediação de Thainá Castro, além disso ocorre a “Mesa 1: Museus Comunitários e Museologia LGBTQ” com os palestrantes Rafael Machado, Viviane Rodrigues, Sidney Tartaruga, Déborah Sabará, Lirous K'yo Fonseca Ávila e mediação de Valdemar de Assis.

O terceiro dia de evento conta com a “Mesa 2: Novas Vozes”, sobre os novos nomes que estão surgindo pelo Brasil a partir de produções que abordam a Museologia LGBTQ, com as palestras de Vicky Lôbo, Caio Tedesco, Gabe Macedo, Alex Padilha, Vitú de Souza sob mediação de Jean Baptista. E também com a “Mesa 3: Gestão e Museologia LGBTQ”, com as falas de Felipe Arede, Tony Boita, Leticia Bauer, Ian Habib e Anahí Guedes de Melo sob a mediação de Rafael Muniz.

O quarto e último dia do seminário dispõe a “Mesa 4: Ensino, Pesquisa e Extensão de Museologia LGBTQ”, com palestras de Jean Baptista, Jezulino Lúcio Braga, Marlise Giovanaz, Camila Moraes Wichers, Geanine Escobar, Clovis Britto com a mediação de Thainá Castro. Também ocorre a Conferência de encerramento com Thainá Castro com Jean Baptista na mediação, a “Mesa de avaliação: Museologia LGBTQ e resistências” com os dois além de Tony Boita e Renata Padilha. Ao fim, com a presença de um representante institucional do lugar que sediará o próximo evento, é revelada a sede.

¹¹ Disponível em: <<https://www.even3.com.br/memorialgbtresistencia/>>

Assim como a segunda edição do Seminário, a terceira possui os anais publicados na décima quarta edição, do primeiro semestre de 2022 da *RMLGBT+*, conforme já elaborado anteriormente. A quarta edição está prevista para 2023 sediada pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, Portugal. Essas publicações em um periódico com o caráter aberto e democrático são uma importante ferramenta para a divulgação das discussões ocorridas nestes seminários bem como no desenvolvimento e preservação de uma memória acadêmica, tendo a temática referente as orientações sexuais e identidades de gênero na Museologia.

A inserção cada vez mais expressiva da temática LGBT, num contexto de constante agravamento da perseguição por parte do discurso defendido pelo Estado, demonstra não apenas a força individual de cada um que escolhe trabalhar com as identidades de gênero e orientações sexuais, como também das Redes, dentre elas a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, de profissionais que se organizam para pautar essa temática no discurso museológico e promover ações concretas contra as fobias à diversidade sexual.

3. AS REPERCUSSÕES DA MUSEOLOGIA LGBT NO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

3.1 Os artigos da *Revista Memória LGBT*: temas, problemas e autorias

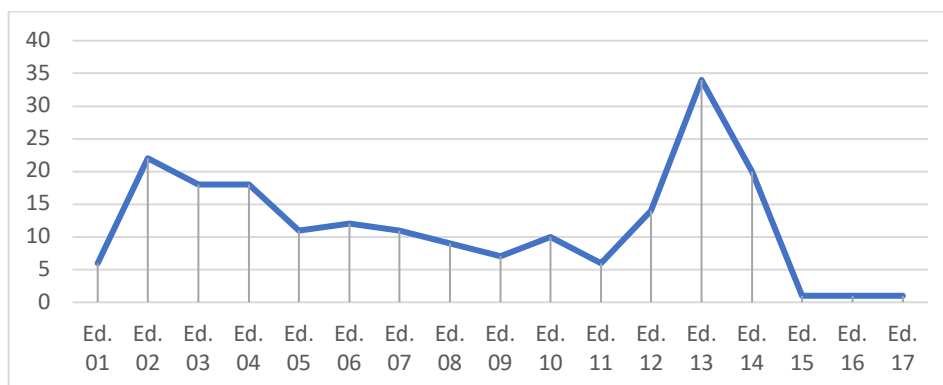
Este terceiro capítulo tem por finalidade a análise do impacto que uma década de existência da Rede LGBT de Memória e Museologia Social por meio da revisão integrativa da literatura, tendo como objeto a *Revista Memórias LGBT+*, os anais do Seminário Brasileiro de Museologia e os trabalhos de conclusão de curso em Museologia que abordam algum aspecto da temática das identidades de gênero e orientações sexuais.

A *RMLGBT+* por seu caráter colaborativo e aberto apresenta dentro de seus temas trabalhados uma gama muito diversificada de assuntos e autorias. Em suas dezessete edições, até o momento, publicadas e disponibilizadas em seu site institucional, encontram-se múltiplas abordagens metodológicas em relação a diferentes problemáticas textuais empreendidas por suas autoras e autores.

Conforme apresentado no capítulo anterior, iniciada em 2013, com apoio da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, e em atividade até os dias de hoje, a *RMLGBT+* demonstra quase integralmente a construção e consolidação das atividades da Rede e sua repercussão direta na história da Museologia nacional, serve assim como fonte essencial para pesquisa sobre esta.

A pergunta norteadora da revisão integrativa dos dados de todas as edições da *RMLGBT+*, aqui empregada é: “De qual forma a Museologia LGBT repercutiu nos temas, problemas e autorias da *Revista Memórias LGBT+*?”. A coleta e assimilação dos dados foi possibilitado com a disponibilidade gratuita de todos os números no *site* institucional da *Revista*.

Gráfico 1: Número de textos em cada edição da *RMLGBT+*.



LGBT em uso. Esta tipologia museológica é responsável por tensionar conceitos e incluir na teoria e no fazer prático dos ambientes de memória subjetividades não condizentes com heterocisnormatividade estabelecida e nem com o machismo e racismo também presentes.

A fim de explorar como essa proeminência observada na análise dos títulos é refletida no conteúdo das publicações, a tabela a seguir, presente em meu PIBIC 2019/2020 e atualizada aqui, é concebida para resumir e pontuar diretamente a utilização de Museologias Dissidentes, entendidas aqui como aquelas que partem de um entendimento da Museologia fora dos conceitos tradicionais na qual essa área do conhecimento foi construída, conversando diretamente com conceitos já estabelecidos como a Museologia Social, Museologia Comunitária e Museologia LGBT.

Tabela 1: Museologias Dissidentes

Edição	Conceito	Autoria
1 ^a	“Museologia como participante do processo dinâmico de mudanças sociais, que inclusive configuram a constante tentativa de inserção de grupos estigmatizados em instituições de memória.” (p. 41)	Carla Brito Sousa Ribeiro
2 ^a	“Nos museus, transicionamos patrimônio, reencontramos suas identidades em espaços contemporâneos e travestimos os objetos com novos sentidos, sentidos contemporâneos. O Museu, é de fato, um espaço travesti.” (p. 8)	Jean Baptista e Tony Boita
4 ^a	“O museu também é espaço de discussão e de inclusão e não pode virar as costas para uma vida pulsante e seus atores sociais. Ele deve estar enfronhado com as questões sociais e culturais para trazê-las para o seu dia a dia.” (p. 21)	Cláudio Eduardo Resende Alves e Wagner Tameirão
7 ^a	“Pois museologia comunitária não se faz sem intenção política nascida dos desejos de memória dos coletivos de onde brota. Por isso é produzida e protagonizada por integrantes da própria comunidade, jamais o inverso, pois são estes os indivíduos com as melhores condições de dimensionar a memória coletiva a qual pertencem.” (p. 6)	Jean Baptista e Tony Boita
	“Incorporei em minha vida e em meus argumentos a ideia do museu e da museologia biófila em contraposição à ideia do museu e da museologia necrófila.” (p. 21)	Mário Chagas
11 ^a	“Essencialmente, defende-se o direito dos grupos e comunidades serem corresponsáveis pela preservação, estudo e difusão de sua cultura material e imaterial.” (p. 10)	Leonardo Vieira
12 ^a	“Museologia LGBT passou a ser entendida como uma categoria conceitual criada para ser aplicada no conjunto de iniciativas da América Latina [...]” (p. 4)	Jean Baptista; Tony Boita e Camila Moraes Wichers
	“Na radicalidade e simplificando, uma Museologia Feminista, a meu ver, precisa estar comprometida com a luta contra o patriarcado.” (p. 13)	Ana Audebert

13ª	“[...] reafirmamos o compromisso de encarar a herança ancestral e a vivência dos mais plurais contextos negros à disposição do trabalho coletivo que empenhamos. É no fortalecimento COM o outro que reside a Museologia Kilombola [...]” (p. 7)	Rede Museologia Kilombola
14ª	“A museologia positHIVa surge inicialmente como evolução ou desdobramento da museologia LGBT, definida por Jean Baptista e Tony Boita (2014) como uma museologia protagonizada por pessoas dissidentes da matriz cis e heteressexual, hegemônica e hierarquizante nos espaços museais.” (p. 26)	Alex Padilha
16ª	“Museologia Sapatão como uma ferramenta, um meio de dar visibilidade, não só para as mulheres lésbicas, mas para todas as mulheres LGBT’s. Uma Museologia colaborativa, horizontal, feita pelas mulheres em toda sua diversidade.” (p. 6)	Victória Lobo

Os exemplos aqui pontuados explicitam, primeiramente, a diversidade de vozes que se utilizam de uma análise preocupada em expandir o entendimento presente sobre a museologia a partir de realidades que fogem da norma social vigente, principalmente de um discurso almejado por uma pequena elite conservadora. A proposta de exposição de Carla Brito Sousa Ribeiro, a ode à Giuseppe Campuzano de Jean Baptista e Tony Boita e o relato sobre exposição de Cláudio Eduardo Resende Alves e Wagner Tameirão tem em comum o fio condutor de narrativas trans (travesti/transsexual) e sua influência cultural na construção de uma museologia não normativa. Afirmar o museu como instituição travesti permite a apropriação desse espaço por uma das parcelas mais marginalizadas da sociedade.

A importância de se levar em consideração a realidade e os anseios culturais da comunidade, além de construir um espaço propício para aflorar ideias advindas de sua potencialidade é um aspecto fundamental nos textos de Leonardo Vieira, Jean Baptista e Tony Boita. O primeiro apresenta seu argumento por meio de apontamentos sobre possibilidades concretas de iniciativas relacionadas à memória LGBT, enquanto os dois outros discorrem levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo corpo editorial da RMLGBT com o MUF. Além disso, Mário Chagas constrói sua poética museal a partir de uma visita guiada por importante figura homossexual na museologia e na cultura brasileira, Clóvis Bornay.

Por fim, são sinalizados nos textos de Jean Baptista, Tony Boita, Camila Wichers, Ana Audebert, RMK, Alex Padilha e Victória Lobo novas tipologias da Museologia com intuito de proporcionar às pesquisas na área uma maior abertura conceitual bem como um caminho metodológico possível. Além do mais, delimitar uma Museologia nova, seja ela LGBT, Feminista, Kilombola, PositHIVa ou Sapatão tem a potencialidade de estimular o

desenvolvimento de trocas de experiência e conhecimentos. Há nessas Museologias diversos pontos de intersecção, uma vez que são concebidas para se relacionarem as diferentes problemáticas sociais, a organização em redes de participantes preocupados com a mudança paradigmática e problematização da ordem de exploração vigente.

3.2 A temática LGBT nos *Anais do Seminário Brasileiro de Museologia*

Conforme constatado em meu PIBIC 2020/2021 “Museologias indisciplinadas e tendências de pesquisa: repercussões da temática LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia”, e na divulgação da listagem de trabalhos aprovados da edição de 2022, em números absolutos foram apresentados nos cinco encontros do SEBRAMUS 876 trabalhos, se dividindo artigos, a grande maioria, e pôsteres. O evento inaugural, de 2014 é notadamente o mais tímido, com apenas 79 trabalhos apresentados. O ano seguinte, 2015, contou com quase o dobro de apresentações, 151 trabalhos. Na terceira edição, em 2017, foram apresentados 152. No quarto encontro, foram registrados como apresentados no repositório 225 trabalhos, e no quinto estão listados como aprovados para apresentação 270 trabalhos.

Os dados quantitativos colhidos em relação ao histórico do SEBRAMUS foram obtidos através do *site* do repositório do evento, que conta com diversas informações referentes a cada edição bem como proporciona a possibilidade de *download* dos anais. A edição de 2022 possui uma plataforma virtual própria¹² e ainda não está disponível para consulta os anais desse evento. A pesquisa por palavras-chave (sexualidade; LGBT/LGBTI/LGBTQI/LGBTQIA+; gênero) se fez útil, porém a leitura individual de cada título e posteriormente do resumo, caso houvesse necessidade de maior conhecimento do tema central trabalhado, se fez necessária uma vez que a heterogeneidade temática da Museologia LGBT nem sempre se completa pelo uso destas palavras-chave.

A pergunta norteadora dessa revisão integrativa dos trabalhos apresentados nos SEBRAMUS é: “Qual a repercussão da Museologia LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia?”. A amostragem buscada está contida no site institucional do Seminário, nos anais dos eventos. No caso do SEBRAMUS de 2022, como até o momento deste trabalho não foi publicado os anais definitivos, usou-se para pesquisa o caderno de resumos.

A tabela abaixo é uma compilação de todos os trabalhos apresentados no Seminário cuja temática conversa com as discussões referentes a identidades de gênero e orientações sexuais,

¹² Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/5sebramus/>>

divididos por ano. As informações referentes a instituição a qual as autoras ou autores dos trabalhos estão vinculadas referem-se a vinculação apresentada no envio e registro do texto nos anais, não a atual, uma vez que é comum a troca institucional de pesquisadores no campo e dentro do ambiente acadêmico como um todo.

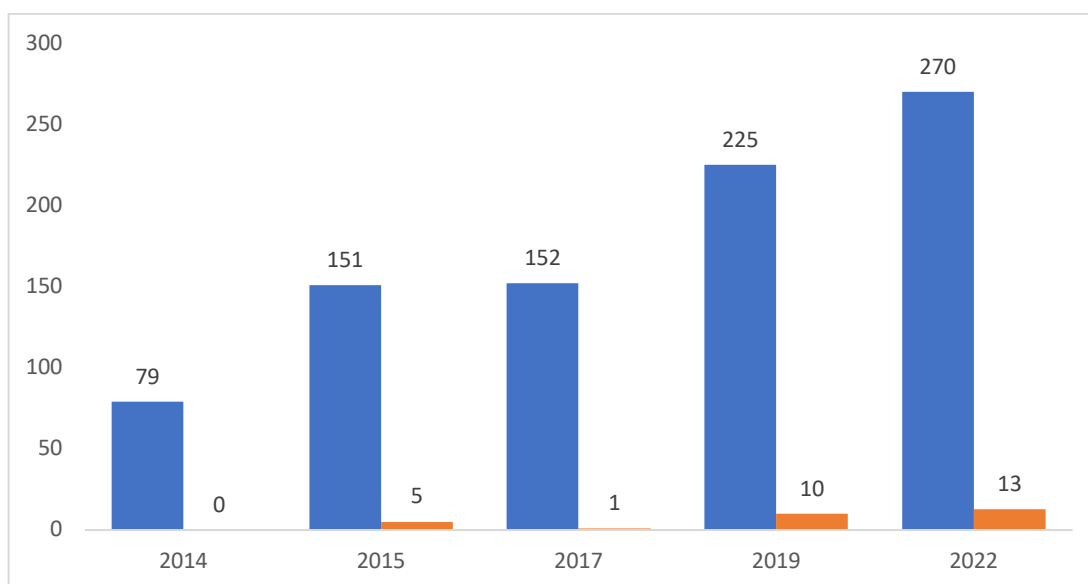
Tabela 2: Trabalhos apresentados no SEBRAMUS

Ano	Título	Autoria/Instituição
2015	O glamour e o destaque da cultura LGBT a riqueza de brilhos, cores e elegância no carnaval brasileiro	Washington Fernando Souza (UFG); Alexandro Oliveira Fernandes (UFG)
	Museus, uso social da informação e homofobia institucional: uma perspectiva documentária	Flávio Pereira do Amaral (UFPE)
	Gênero e patrimônio em conexão com o equilíbrio social	Ana Paula dos Anjos Fiuza (UFBA)
	Memórias LGBT em revista	Tony Willian Boita (UFG)
	Museologia Comunitária e comunidades LGBT: desafios e metodologias da extensão universitária em universidades federais e museus	Jean Baptista (UFG); Tony Boita (UFG)
2017	Quando a memória LGBT sai da reserva técnica: mapeamento preliminar dos museus, patrimônios e iniciativas comunitárias em memória e Museologia Social	Tony Boita (UFG); Camila Moraes Wichers (UFG)
2019	Uma reflexão sobre a participação do Curso de Museologia na Exposição “Uma Cidade pelas Margens”	Marlise Maria Giovanaz (UFRGS)
	Análise de 1 Ano do Espaço Cultural Gênero e Diversidades – UFSC	Izabella Trindade Cavalcante (UFSC)
	Novas memórias traumáticas nas comunidades LGBT brasileiras: marcos na democracia tensionados pelo esquecer e o lembrar	Jean Baptista (UFG)
	Museus e Gênero no Brasil: uma cartografia de silenciamentos e resistências	Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG); Allinny Raphaele Vitor de Lima (UFG); Jéssica Alves Vieira (UFG)
	Registros Imateriais do Patrimônio Cultural LGBT	Tony Boita (UFG)
	Museologia e Sexualidade: Imaginação Museal na CasAmor de Aracaju/ SE	Rafael dos Santos Machado (UFS); Neila Dourado Gonçalves Maciel (UFS)
	Museologia da "fechação": evento-território e memória entre os "viados de fanfarra" na Bahia	Vinícius Santos da Silva (UFBA)
A valorização da Festa das Filhas da Chiquita a partir do processo de musealização do Círio de Nazaré.	Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza (UFPA)	

	Do Feitiço Museológico ao Museu Queer	Samarone S. Nunes (UFG)
	Representação dos Corpos de Mulheres Negras Lésbicas nos Espaços de Memória.	Jamile Mendes Cazumbá (UFRB)
2022	Observatório do Patrimônio Cultural LGBT	Jezulino Lúcio Mendes Braga (UFMG)
	Processos Educativos no Combate a Homolebobitranfobia nos Museus	Jezulino Lúcio Mendes Braga (UFMG)
	O que há no âmago da transgressão? História Trans no MARS	Caio de Souza Tedesco (UFRGS)
	nuances do arco-íris: práticas de Museologia LGBT na UFRGS	Elisângela Silveira de Assumpção (UFRGS); Zita Rosane Possamai (UFRGS)
	Hilda Furacão como patrimônio do Pelourinho: “musealização da pessoa” e a metonímia do patrimônio no desigual Centro Histórico de Salvador	Vinícius Santos da Silva Zacarias (UFBA)
	Memórias LGBT +Goiás	Tony William Boita (UFG)
	História pública e cultura transnacional da memória LGBTQIA+ da década de 1980 à atualidade	Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
	Sempre Afrontosa: salvaguarda e difusão da coleção documental Parada Livre: nuances/RS	Ana Carolina Gelmini de Faria (UFGRS); Marlise M. Giovanaz (UFGRS)
	Museologia LGBT e seus entraves	Alex Godoy Padilha de Souza (UFSC)
	Nega Lú: um frenesi na maldita Porto Alegre - vestígios de um processo criativo	Vitória Werlang (UFGRS); Marlise M. Giovanaz (UFRGS)
	Blog Museu Drag	Joglesson Costa (UFG)
	Imagens Dissidentes - Poéticas Visuais de Artistas com Deficiências LGBTQIAPN+	Robson Xavier da Costa (UFPB); Ana Gabriela do Vale Gomes (UFPB)
Ampliando a Representatividade LGBTQIA:+ dos Quadrinhos à Exposição de uma REALIDADE!	Jaqueline Abreu (UFG)	

Para auxiliar a visualização dos dados presentes na tabela acima, bem como para ilustrar a comparação entre a totalidade dos trabalhos presentes em cada SEBRAMUS com aqueles da temática de orientações sexuais e identidades de gênero, segue o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Presença LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia



Constata-se assim que no encontro inaugural do Seminário Brasileiro de Museologia houve um apagamento total da presença de trabalhos apresentados que discutissem a temática referente às identidades de gênero e orientações sexuais. No ano seguinte, em 2015 foram apresentados cinco trabalhos, todos inseridos no Grupo de Trabalho 16 (museologia, identidade de gênero e orientação sexual) e encabeçados por seis diferentes autoras e autores: Alexsandro Oliveira Fernandes (UFG), Ana Paula dos Anjos Fiuza (UFBA), Flávio Pereira do Amaral (UFPE), Jean Baptista (UFG), Tony Willian Boita (UFG) e Washington Fernando Souza (UFG).

No SEBRAMUS 2017 apenas um trabalho apresentado contemplava a temática LGBT, da pesquisadora Camila Moraes Wichers (UFG) e de Tony Willian Boita (UFG), inserido no GT 7 (Museologia, museus e gênero).

O encontro de 2019 na UnB demonstra um claro e expressivo aumento dos trabalhos apresentados que centralizam essa questão como a temática principal. São dez trabalhos presentes em três diferentes GTs. Desse total, oito estão inclusos no GT 4 (museus, gênero e sexualidade) com autoria de 11 pesquisadoras e pesquisadores: Allinny Raphaele Vitor de Lima (UFG), Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG), Izabella Trindade Cavalcante (UFSC), Jean Baptista (UFG), Jéssica Alves Vieira (UFG), Marlise Maria Giovanaz (UFRGS), Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza (UFPA), Neila Dourado Gonçalves Maciel (UFS), Rafael dos Santos Machado (UFS), Tony Willian Boita (UFG) e Vinícius Santos da Silva (UFBA). Além disso, um trabalho apresentado incluso no GT 12 (perspectivas contemporâneas em teoria museológica) de Samarone S. Nunes (UFG) e o outro contido no GT 14 (corpos

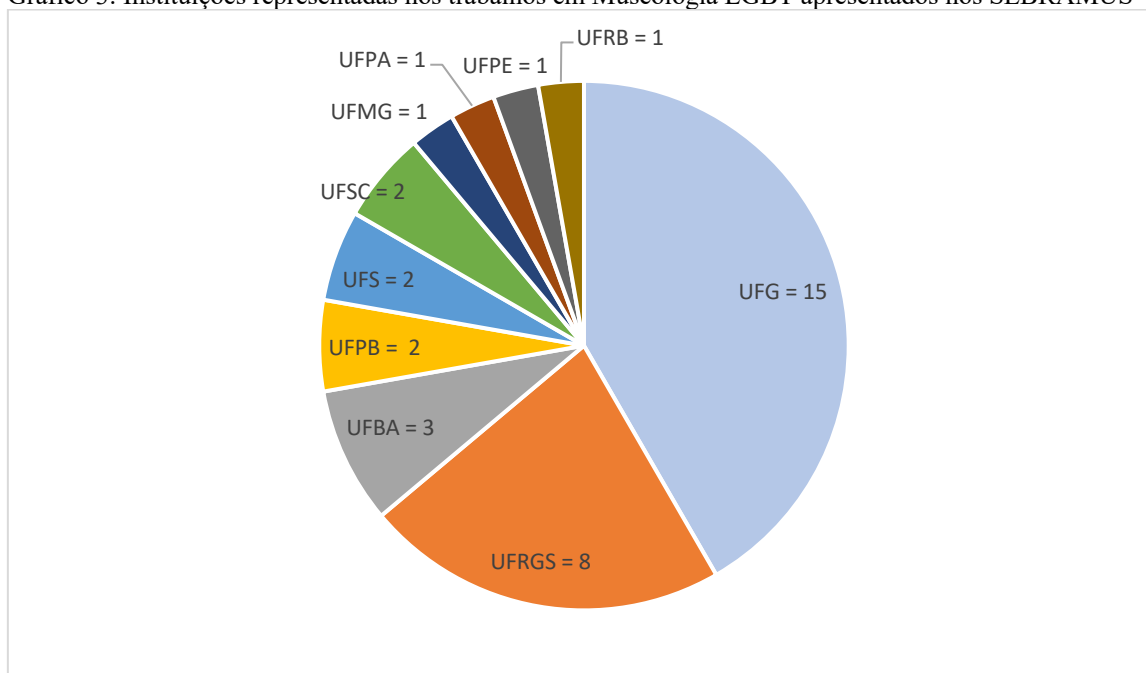
femininos negros: representação nos espaços de memória) assinado por Jamile Mendes Cazumbá (UFRB).

No SEBRAMUS de 2022 há uma continuidade dessa tendência de aumento, totalizando treze trabalhos apresentados por catorze pesquisadoras e pesquisadores diferentes, são elas/eles: Alex Godoy Padilha de Souza (UFSC); Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS); Ana Gabriela do Vale Gomes (UFPB); Benito Bisso Schmidt (UFRGS); Caio de Souza Tedesco (UFRGS); Elisângela Silveira de Assumpção (UFRGS); Jaqueline Abreu (UFG); Jezulino Lúcio Mendes Braga (UFMG); Joglesson Costa (UFG); Marlise M. Giovanaz (UFRGS); Robson Xavier da Costa (UFPB); Tony William Boita (UFG); Vinícius Santos da Silva Zacarias (UFBA); Vitória Werlang (UFRGS); Zita Rosane Possamai (UFRGS). Todos presentes no GTs 5 “Museus, Memória e Museologia LGBT+”.

Esse crescimento numérico, além da listagem dos autores de pesquisa, permite algumas conclusões básicas, como a constância de nomes durante os últimos encontros responsáveis por pautar a temática LGBT em seus trabalhos, como Jean Baptista e Tony Boita, este sendo inclusive membro da coordenação 2019-2021 da RDCCM. Outro ponto importante a ser frisado é o prejuízo na supressão de uma categoria própria com relação as discussões de identidades de gênero e orientações sexuais no evento de 2017, algo que reflete diretamente no número reduzido de trabalhos apresentados.

Ademais pode ser observado maior capilaridade no tratamento dos trabalhos com essa temática, uma vez que conseguem se inserir em outros grupos de trabalho no encontro de 2019. Porém, apesar da ementa do GT 9 “Museologias Emergentes”, do Seminário de 2022 aspirar um debate que apresente questões concernentes ao debate da Museologia LGBT, todos os trabalhos que abordam esse tema estão concentrados no GT próprio a categoria, o quinto intitulado “Museus, Memória e Museologia LGBT+”. As questões referentes à identidade LGBT necessitam sempre que possível de uma maior intersecção teórica, principalmente associando-se com ideias de outros movimentos sociais, como a luta por igualdade racial, pela autodeterminação territorial e pela equidade de gênero. A disposição desses trabalhos em GTs que se dirigem a outros temas também confirma a potência presente nas possibilidades de uma Museologia LGBT.

Gráfico 3: Instituições representadas nos trabalhos em Museologia LGBT apresentados nos SEBRAMUS



Relativamente às instituições de ensino de cada apresentadora, somadas as repetições, conforme ilustrado no gráfico acima, nota-se a grande proeminência da Universidade Federal de Goiás (UFG) em número total da representação de cada instituição por pesquisadora ou pesquisador e apresentados ao longo de todos os encontros, com quinze. Em seguida, com representação em oito apresentações está a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisadoras(res) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aparece em três trabalhos. Em seguida aparecem a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com duas representações cada. E contendo atuação de apenas um representante cada estão as seguintes: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Os dados demonstram que a instituição que possui maior representatividade em trabalhos relacionados à temática LGBT no Brasil é a UFG. Devido a presença de representantes historicamente ligados a construção da Rede e em acordo com disseminação do pensamento na academia, esse dado se justifica. Constata-se também a difusão das pesquisas sobre identidades de gênero e orientações sexuais na Museologia nacional, estando presentes universidades das cinco regiões do país.

De acordo com dados presentes no *site* institucional do Conselho Federal de Museologia (COFEM)¹³, há no Brasil 14 diferentes instituições de ensino superior que ofertam vagas para graduação em Museologia, atualmente, indicadas na tabela abaixo:

Tabela 3: Museologia no Ensino Superior Federal

Estado	Instituição/Cidade	Departamento/Faculdade
Bahia	UFBA – Universidade Federal da Bahia (Salvador)	Área de Filosofia e Ciências Humanas
	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)	Centro de Artes, Humanidades e Letras
Distrito Federal	UNB – Universidade de Brasília (Brasília)	Faculdade de Ciência da Informação
Goiás	UFG – Universidade Federal de Goiás (Goiânia)	Faculdade de Ciências Sociais
Minas Gerais	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte)	Escola de Ciência da Informação
	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto)	Escola de Direito, Turismo e Museologia
Pará	UFPA – Universidade Federal do Pará (Belém)	Instituto de Ciências da Arte
Paraná	UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná (Curitiba)	Escola de Música e Belas Artes do Paraná
Pernambuco	UFPe – Universidade Federal de Pernambuco (Recife)	Departamento de Antropologia e Museologia
Rio de Janeiro	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	Centro de Ciências Humanas e Sociais / Escola de Museologia
Rio Grande do Sul	UFPel – Universidade Federal de Pelotas (Pelotas)	Instituto de Ciências Humanas
	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Santa Catarina	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis)	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Sergipe	UFS – Universidade Federal de Sergipe (Laranjeiras)	Departamento de Museologia

Dentre estas, sete instituições, metade do total, possuem em seu repositório acadêmico, trabalhos de conclusão de curso cuja temática LGBT e suas interseccionalidades são trabalhadas (indicadas na tabela acima em negrito).

Até o momento da escrita deste trabalho, foram apresentados treze TCCs que conversam diretamente com o fazer museológico LGBT. A tabela abaixo é uma atualização das informações presentes no artigo “Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBT+: recomendações Queer à formação museológica” (Jean BAPTISTA *et al.*, 2022, p. 38),

¹³ Formação em Museologia – como ser um museólogo?. Disponível em: <<https://cofem.org.br/registro-e-cadastro/formacao/#graduacao>>

adicionando-se os trabalhos apresentados em 2022 e incluindo também esse próprio trabalho, que será apresentado em 2023.

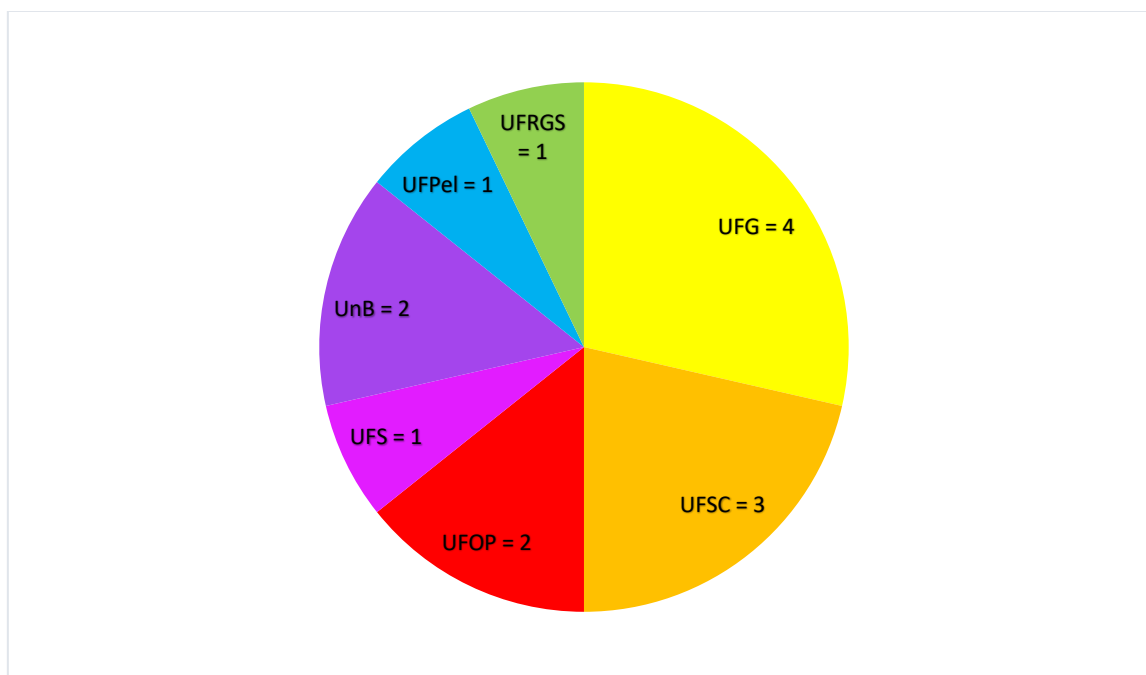
Tabela 4: TCCs apresentados

Título	Autoria/Ano	Orientação/Coorientação	Instituição
Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista	Tony Willian Boita/2014	Manuelina Maria Duarte Cândido; Camilo Braz	UFG
Todo dia é uma resistência: Uma proposta de Museologia Comunitária LGBT em Goiânia	Alex de Oliveira Fernandes/2015	Jean Tiago Baptista; Camila A. de Moraes Wichers	UFG
Corpos que [Re]Existem: Lesbianidade, Museologia e Performatividade de Gênero	Mayra Silveira Pietrantonio/2018	Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira	UFOP
Museologia E sexualidade: Imaginação Museal e coletivismo LGBT da CasAmor de Aracaju/Se	Rafael dos Santos Machado/2019	Neila Dourado Gonçalves Maciel; Clovis Carvalho Britto	UFS
A construção da memória da epidemia de AIDS e seus desdobramentos. Qual o lugar dos Museus nessa história?	Alex Godoy Padilha de Souza/2020	Thainá C. C. F. Lopes	UFSC
Memória para existir, poder para eternizar: A Parada Preta de São Paulo-SP como performance museal afetada e bruta	Gabriel Luis dos Santos Macedo de Oliveira/2020	Clovis Carvalho Britto	UnB
nuances do arco-íris: práticas de Museologia LGBT na UFRGS	Elisângela Silveira de Assumpção/2021	Zita Rosane Possamai	UFRGS
A masculinidade hegemônica e a colonialidade no fazer museal	Leonardo Tavares Alencar/2021	Camila A. de Moraes Wichers	UFG
Política, memória e representação LGBT em espaços expositivos: estudo da exposição 50 anos de ação - de Stonewall ao Nuances & Também	Maria Waleska Siga Peil Martins/2021	Roberto Heiden	UFPel
Museologia Sapatão: uma proposta expositiva	Victória Lôbo/2021	Jean Tiago Baptista	UFG
O protagonismo das pessoas com deficiência e minorias: diagnóstico dos museus públicos de Florianópolis	Ana Paula Soares Roman/2022	Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes	UFSC

Pelo direito à lembrança: identidades LGBT's negras nas performances da memória	Jorge Luis Lopes Junior/2022	Marcia M. Arcuri Suñer	UFOP
Do movimento à teoria: investigando a construção e a aplicabilidade da Museologia LGBT em espaços de memórias dissidentes	Mayara Lacal Cunha Ladeia/2022	Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes	UFSC
Rede LGBT de Memória e Museologia Social: análise das repercussões no campo da Museologia no Brasil (2012-2022)	Gabriel Andrade de Freitas/2023	Clovis Carvalho Britto	UnB

O gráfico abaixo ilustra a divisão institucional da capilaridade da temática LGBT como ferramenta de análise e trabalho na graduação em Museologia no Brasil:

Gráfico 4: Presença LGBT nos Trabalhos de Conclusão de Curso em Museologia no Brasil



Em concordância com o caráter metodológico de revisão integrativa dos dados, a pergunta norteadora do processo é: “De qual forma a Museologia LGBT repercutiu na produção dos trabalhos de conclusão de curso em Museologia nas instituições públicas de ensino superior do Brasil?”. A amostragem são os treze títulos já apresentados na tabela acima e a coleta de dados se deu pela pesquisa *online* nos repositórios institucionais bem como com a utilização dos dados presentes no dossiê “Museus e Museologia LGBT+” (2022) da revista *Museologia & Interdisciplinaridade* da UnB.

das subjetividades e predileções pessoais, a potência que as temáticas referentes a orientações sexuais e identidades de gênero possuem.

A similaridade dos trabalhos de Alex Oliveira Fernandes (2015) e Victória Lôbo (2021) ao proporem uma nova prática museal, o primeiro um museu de percurso em Goiânia e a segunda uma exposição digital baseada em seu conceito de Museologia Sapatão, é resultado da fluidez da categoria principal analisada nesta revisão. Além do mais, ambos são da UFG e possuem em comum a figura de Jean Baptista como coorientador e orientador.

A interseccionalidade de pautas sociais, como a questão racial na Museologia LGBT, reflete nos trabalhos de Gabriel Luis dos Santos Macedo de Oliveira (2020), com sua análise da Parada Preta de São Paulo, e de Jorge Luis Lopes Junior (2022), com a sua revisão crítica sobre o apagamento das memórias LGBT negras na Museologia, nos museus e nas políticas públicas.

O estudo e mapeamento de práticas museais com referência direta a Museologia LGBT está presente nos trabalhos de Tony Boita (2014), ao apontar instituições de memória bem como a próprias RMLGBT+ como possibilidade museológica, no trabalho de Mayara Lacal Cunha Ladeia (2022), com a análise da aplicabilidade dessa tipologia museológica em três espaços produtores de memórias: a Rede LGBT, o Museu da Diversidade de São Paulo e o Museu Transgênero de História e Arte, no trabalho de Elisângela Silveira de Assumpção (2021) ao propor a compreensão da relação entre a Museologia e o movimento LGBT a partir da ação de seus agentes na execução de três exposições distintas: “Uma Cidade Pelas Margens” (2016), “De Stonewall ao nuances: 50 Anos de Ação” (2019) e “50 Anos de Ação: de Stonewall ao nuances & TAMBÉM” (2019). E no trabalho de Maria Waleska Siga Peil Martins (2021) com sua também análise da exposição “50 Anos de Ação: de Stonewall ao nuances & TAMBÉM” (2019) sob a ótica das relações entre a construção de uma memória LGBT, Museologia social e poder público.

Mayra Silveira Pietrantonio (2018) com sua investigação da lesbianidade e memórias, através de uma lógica interseccional do feminismo e Leonardo Tavares Alencar (2021) com sua análise da masculinidade hegemônica e colonialidade no campo dos patrimônios e museus do estado de Goiás, problematizam a performatividade de gênero hegemônica, enfatizando o debate da desnormalização da heterocisnormatividade forçada.

Os três trabalhos restantes, de Rafael dos Santos Machado (2019) com sua análise das práticas de Museologia Social afirmativas desenvolvidas na CasAmor de Aracaju (SE), de Alex Godoy Padilha de Souza (2020) com a investigação dos fatores que possibilitaram a construção da memória da epidemia de AIDS e como os espaços de memória podem contribuir para a

quebra dos estigmas e preconceitos, e o trabalho de Ana Paula Soares Roman (2022) no mapeamento da existência do protagonismo de pessoas com deficiência e outras minorias, entre elas a comunidade LGBT, no mercado de trabalho dos museus públicos de Florianópolis (SC), não apresentam um fio condutor que possa conectá-los diretamente, apesar de que convergem no fazer museológico dissidente.

Esses entrecruzamentos conceituais, estimulados por uma Museologia que compreende e estimula a pesquisa sobre questões de identidades de gênero e orientações sexuais divergentes, podem ser considerados um resultado direto da mudança paradigmática acarretada pela organização do pensamento em rede, na figura da Rede LGBT de Memória e Museologia Social. A diversidade temática proporcionada pela Museologia LGBT reforça a ideia de que essa ferramenta é indispensável para criação de um ambiente teórico e prático de maior inclusão e respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na Museologia brasileira que uma década de existência da Rede LGBT de Memória e Museologia Social conseguiu acarretar é uma demonstração da importância que sua organização tem na efetuação de um futuro livre das amarras estabelecidas pelo pensamento limitado baseado em preconceitos.

A escrita deste trabalho em período de intensas incertezas no ambiente nacional, como a pandemia de COVID-19 e o antigoverno protofascista que tomou posse em 2019, e também mundial, bem como no contexto de constantes ataques a direitos dados como historicamente garantidos, apesar de atrapalhar o desempenho tendo em vista o desespero e falta de perspectiva, possibilitou uma chance de enxergar como mecanismos criados a partir de características livres e com foco na valorização da vida são essenciais. As Museologias Dissidentes e suas contribuições na construção de um discurso inclusivo e aglutinador, são uma ferramenta fundamental na consolidação de ideais democráticos.

A Museologia LGBT e sua inerente capacidade de estruturação em rede, principalmente no que diz respeito a compartilhamento de códigos, bem como o reconhecimento identitário e agrupamento em comunidade através da negação do entendimento no senso comum sobre orientação sexual e identidade de gênero, possui a potencialidade na integração narrativa dentro dos espaços considerados oficiais de memória e a criação de novos. A instrumentalização de categorias que foram inicialmente criadas para oprimir, como é o caso do discurso tradicionalista na Museologia, e a transformação paradigmática do mesmo em ferramenta de superação de fobias também é uma demonstração da força que os esforços individuais e a luta coletiva possuem na mudança social.

A Museologia Comunitária e sua construção baseada no entendimento coletivo do patrimônio e seu significado no meio em que está inserido, também serviu na sustentação teórica e na inspiração prática dentro do contexto museal, para o desenvolvimento de um ambiente propício a trocas horizontalizadas de ideias e saberes. O entendimento de comunidade como aquela que compartilha um mesmo território, no caso específico da comunidade LGBTQ+, pode ser expandido para abarcar indivíduos separados geograficamente, mas que dividem em seus corpos e mentes particularidades que os unem. Ou seja, pensar a comunidade como uma realidade ampliada e o museu como ferramenta de mobilização, visando assim os anseios comuns para a construção de um futuro livre de preconceitos.

A Museologia Social e seu compromisso com a atenuação das injustiças sociais através da promoção de um discurso museológico capaz de combater preconceitos e incentivar a produção, preservação e compartilhamento de narrativas historicamente marginalizadas,

cumpra sua função social no desenvolvimento de uma sociedade na qual marcadores sociais de diferenciação não sirvam como critério de exclusão e silenciamento. A promoção de uma área do conhecimento que evoque memórias apagadas tem a potência de fortalecimento do almejado Estado Democrático de Direito. “[...] os museus e patrimônios sempre expressam memórias, compactuando com violências simbólicas ao excluir as memórias LGBT.” (Tony BOITA, 2020, p. 20).

Os dispositivos legais estabelecidos ao longo da consolidação da Museologia no Brasil compreendem de forma bastante direta o respeito às diferenças e a universalidade do acesso, conforme consta no Estatuto de Museus de 2009:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:
I – a valorização da dignidade humana;
II – a promoção da cidadania;
III – o cumprimento da função social;
IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
V – **a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;**
VI – o intercâmbio institucional.
(BRASIL, Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, grifo meu)

O papel central do Estado está na obrigação de cumprir com esses critérios estabelecidos e levar em consideração realidades culturais que fujam da norma vigente. O papel das museólogas e museólogos está na criação e manutenção de um ambiente de memória propício a esse respeito. E o papel de todos como cidadãos está na cobrança e na participação direta das atividades museais.

As repercussões promovidas pela Rede LGBT na Museologia nacional por meio da RMLGBT+, da constituição dos GTs no SEBRAMUS e no estímulo a pesquisa e efetuação de trabalhos de conclusão de curso em Museologia, conforme os dados aqui apresentados, demonstra uma clara evolução numérica no interesse subjetivo por esse fazer museológico, tendo em vista que nos últimos anos os trabalhos têm se multiplicado.

Espero que minha contribuição na análise dessa década de esforços tenha algum impacto no fortalecimento da bibliografia dentro da Museologia sobre as questões ligadas a orientações sexuais e identidades de gênero que divergem da heterocisnormatividade. Que venham futuramente cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores com interesse nessa área e que suas contribuições consigam mudar a realidade nacional de violência e perseguição sistêmica aos discursos LGBT+.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant; ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de. Editorial. *Revista Mineira de Enfermagem*. Minas Gerais, vol. 18, p. 9-11. 2014.

ALENCAR, Leonardo Tavares. A masculinidade hegemônica e a colonialidade no fazer museal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Goiás, 2021.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; HIGINO, Anderson Fabian Ferreira; SCOTT, Carolina de Souza Paes. Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos. *Liinc em Revista*, v.4, n.2, setembro 2008, Rio de Janeiro, p. 286- 302

ASSUMPÇÃO, Elis. Nuances do arco-íris: movimento LGBTQIA+ e Museologia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

AYRES, Carla Simara Luciana da Silva; GASTALDI, Alexandre Bogas; MOTT, Luiz; OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; SILVA, Kayque Virgens Cordeiro da. Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

BAPTISTA, Jean. Entre o arco e o cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentros nos museus na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 61, v. 17, p. 43-65. 2021.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio de 2017.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo País. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, Brasília, 2018.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; WICHERS, Camila Moraes. Existe uma Museologia LGBT?. *Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em Acervos, Arquivos, Patrimônios, Monumentos e Museus Transgressores*. Rio de Janeiro. 2020. Editora Metanoia. No Prelo.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM*. Santa Catarina: Unochapecó. vol. 27, n. 41, p. 175-192. 2014.

BAPTISTA, J. T.; CASTRO, T.; BOITA, T. W. .; BRAGA, J. L.; VARGAS ESCOBAR, G. .; TEDESCO, C.; GIOVANAZ, M.; BRITTO, C.; WICHERS, C. A. de M.; SILVA, A. P.; YNANHIA SILVA DE FARIA, K. . Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBT+ : recomendações Queer à formação museológica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 29–52, 2022.

BAPTISTA, Jean T.; BOITA, Tony Willian; WICHERS, Camila A. de Moraes. LGBT Memory Project: A 'Queer of Colour Critique' Approach in Latin America and Caribbean Museums, *Museum International*, 72:3-4, 188-199. 2021.

BRANDÃO, Wladimir Cardoso; PARREIRAS, Fernando Silva; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes em ciência da informação: evidências comportamentais dos pesquisadores e tendências evolutivas das redes de coautoria. *Inf.Inf.*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

BERNARDO, Débora Giselli; ROCHA, Alessandro Santos da. Pesquisa bibliográfica: entre conceitos e fazeres. Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá (PR): Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

BOITA, Tony. Mapeamento e Musealização em Revista: memórias LGBT. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

BOITA, Tony Willian. Cartografia etnográfica de memórias desobedientes. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BOITA, Tony W.. LGBTFOBIA Museológica: algumas reflexões sobre as estratégias simbólicas utilizadas nos museus para invisibilizar pessoas LGBT. *Ventilando Acervos*, v. 1, p. 104-115, 2020.

BOITA, Tony; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Memória LGBT em revista: um periódico na luta contra a invisibilidade. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 95-112, 2020.

BOITA, Tony. Existe uma Museologia LGBT? Museologia LGBT: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BOITA, Tony Willian. Comunicação comunitária e sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT. 2022. 161 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte. Vol. 5. nº. 11. p. 121-136. Maio/Agosto 2011.

BRITO, Clovis Carvalho. “Nossa maçã é que come Eva”: A poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, p. 223. 2019.

CARVALHO, Rachel de; SILVA, Michelly Dias da; SOUZA, Marcela Tavares de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

CASTELLS, Manuel. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. *Revista Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Brasília, n. 5, p. 8-21. 2011.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CAVULLA, Rondelly; CHAGAS, Mário; VEIGA, Juliana. A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: Um balanço em movimento. *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas, p. 435-454. 2021.

CAVULLA, Rondelly; LARDOSA, Nathalia; MENDONÇA, Alana; SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da; GOUVEIA, Inês; CRUZ, Leu; CALIXTO, Luísa; ARAUJO, Mirela. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro - Memória e Resistência. Teoria e prática da Sociomuseologia. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas. p. 351-374. 2021.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em questão*. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224. Jul/Dez 2007.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*. Ano 27, n. 41. p. 9-22. 2016.

CURY, Marília Xavier. A importância das coisas: Museologia e Museus no mundo contemporâneo. Um século de conhecimento. Tradução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

D. DECLARAÇÃO DE QUEBEC, PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 15, n. 15, 11.

ESCOBAR, Geanine Vargas. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 Abr. 2021.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de; AGNES, Lourdes Maria. Debates Museológicos: o Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus) como evento científico do campo. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 11, n. 22, 2022.

FEIJÓ, Cláudia; VIVIAN, Diego Luiz; BAPTISTA, Jean; ALMEIDA, Luciane de Oliveira; BOITA, Tony; GOULART, Treyce Ellen. A CARTA DAS MISSÕES Documento da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul (Repim- RS). *Revista Cadernos do Ceom* v. 27 n. 41: Museologia Social. 2014.

FERNANDES, Alex de Oliveira. Todo dia é uma resistência: uma proposta de museologia comunitária LGBT em Goiânia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Goiás, 2015.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; SILVA, Edilene Maria da. Política de Informação e Memória: Entrevista com Sandra Braman. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.26, n.3, p. 241-245, set./dez. 2016

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2008.

GOMES, Alexandre Oliveira. Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.

GOMES, Carla Renata. O Pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.25, n.3, p. 21-35, set./dez. 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ICOM, 1972. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE - ICOM, 1972. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, 11.

ICOM, 1992. DECLARAÇÃO DE CARACAS - ICOM, 1992. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, 11.

JUNIOR, Jorge Luis Lopes. Pelo direito à lembrança: identidades LGBT's negras nas performances da memória. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

LADEIA, Mayara Lacal Cunha. Do movimento à teoria: investigando a construção e a aplicabilidade da Museologia LGBT em espaços de memórias dissidentes. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade Federal De Santa Catarina, 2022.

LOBO, Victória. Museologia Sapatão. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Goiás, 2021.

MACHADO, Rafael dos Santos. Cartografias da Transmusealidade: Processos Museológicos em Casas de Acolhida LGBT No Brasil. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. Salvador (BA), p. 228. 2021.

MACHADO, Rafael. Museologia e sexualidade: imaginação museal e coletivismo LGBT da Casamor de Aracaju/SE. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais – fundamentos e transversalidades. Inf. Inf., Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

MARTINS, Maria Waleska Siga Peil. Política, memória e representação LGBT em espaços expositivos: estudo da exposição 50 anos de ação - de Stonewall ao Nuan- ces & Também. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2021.

MATA, Marta Leal da; NASCIMENTO, Marcela Aguiar da Silva. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das

peças trans e travestis. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-19, 2021.

MATTOS, Yára; PRIOSTI, Odalice M.. Caminhos e percursos da museologia comunitária. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 28, p. 1-16, 2007.

OLIVEIRA, Gabriel. Poder para existir, memória para eternizar: a Parada Preta de São Paulo como performance museal afetada e bruta. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade de Brasília, 2020.

PADILHA, Alex. A construção da memória da epidemia de AIDS e seus desdobramentos. Qual o lugar dos Museus nessa história?. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2018.

PIETRANTONIO, Mayara. Corpos que (re)existem: Lesbianidade, Museologia e Performatividade de Gênero. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

PRECIADO, Paul B. Manifesto Contrassexual. São Paulo. N-1 edições, 2017.

PRIOSTI, Odalice; VARINE, Hugues de. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. *Cadernos de Museologia*. n. 28. p. 57-70. 2007.

Rede LGBT de Memória e Museologia Social. *Revista Memória LGBT*. Ano 1, vol. 2, p. 38-39, jan./mar. 2014.

ROCHA, Carin Cunha; PINTO, Virgínia Bentes; DAVID, Priscila Barros. Arquitetura da informação: revisão integrativa em bases de dados de ciência da informação. *Inf. Inf.* Londrina, v. 25, n. 2, p. 49 – 73, abr./jun. 2020.

ROMAN, Ana Paula Soares. O protagonismo das pessoas com deficiência e minorias: diagnóstico dos museus públicos de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

ROSEMBERG, Victor. Política de Informação nos países em desenvolvimento: o caso do Brasil visto por um americano. *Ci. Inf.*, Brasília, 11 (2), 37 – 43, 1982.

SANTOS, Suzy da Silva. Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

SILVA, Anna Paula da. Narrativas trans em acervos de museus: diálogos com Élle de Bernardini e Lyz Parayzo. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 131-148, 29 Abr. 2021.

SOTO, Moana. Os Museus e a Sociedade em Rede. *Museologia e Patrimônio*. v.3 n.1. p. 23-28. jan/jun de 2010.

VARINE, Hugues de. "O museu comunitário é herético?". *Jornal Quarteirão* - no. 67. Rio de Janeiro. Maio/Junho 2006.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM*. Santa Catarina: Unochapecó. Ano 27, n. 41, p. 25-35. 2014.

VARINE, Hughes de. El ecomuseo singular y plural: un testimonio de cincuenta años de museología comunitaria en el mundo. Chile: Ediciones ICOM Chile, 2017.